

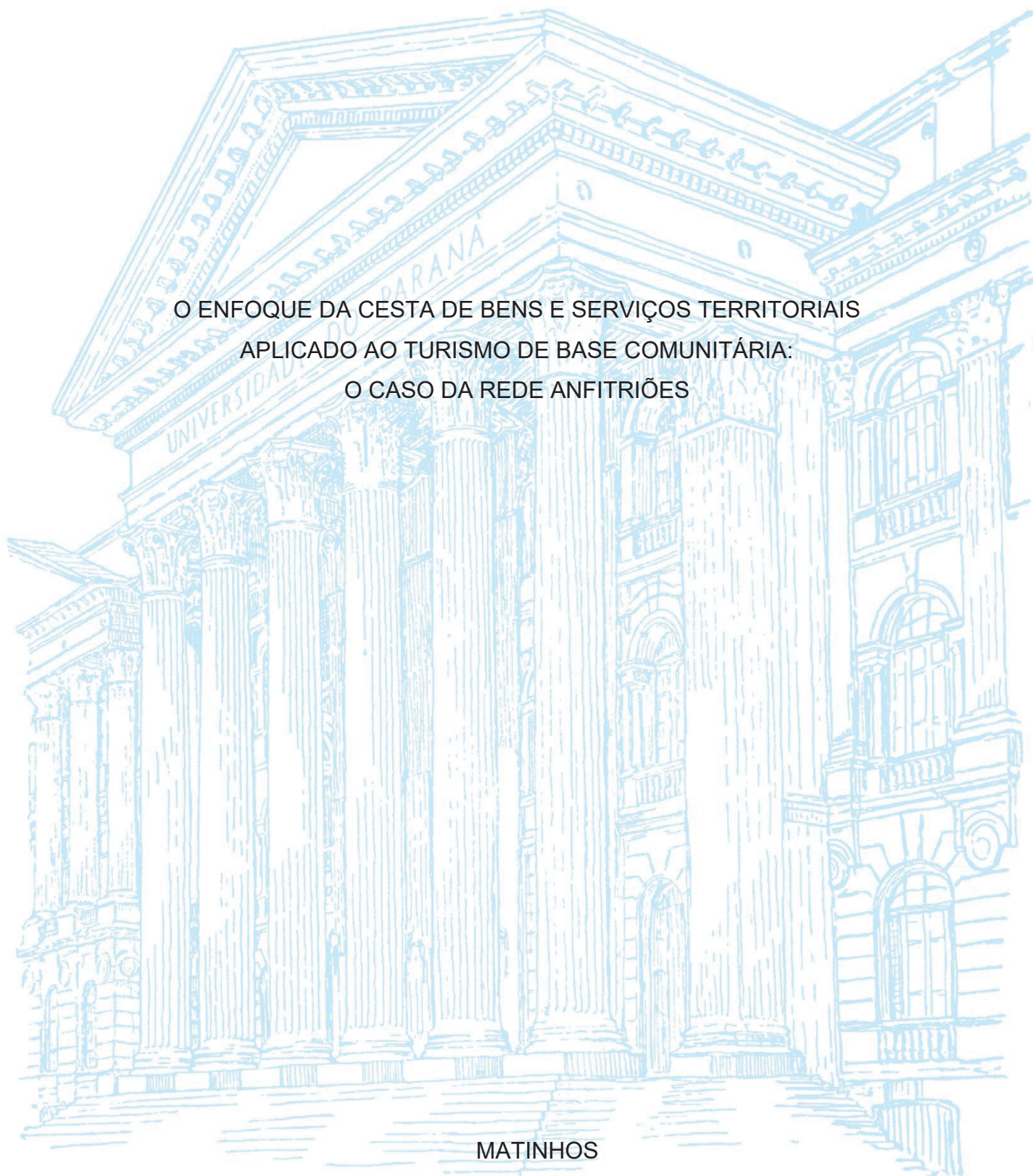
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FELIPE MONTEIRO DE SOUZA

O ENFOQUE DA CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS
APLICADO AO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA:
O CASO DA REDE ANFITRIÕES

MATINHOS

2023



FELIPE MONTEIRO DE SOUZA

O ENFOQUE DA CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS
APLICADO AO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA:
O CASO DA REDE ANFITRIÕES

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. Valdir Frigo Denardin

MATINHOS

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte
Biblioteca Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral

S729

Souza, Felipe Monteiro de

O enfoque da cesta de bens e serviços territoriais aplicado ao turismo de base comunitária: o caso da rede anfitriões / Felipe Monteiro de Souza; orientador Valdir Frigo Denardin. – 2023.

102 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, Matinhos/PR, 2023.

1. Turismo. 2. Turismo de base comunitária. 3. Cesta de bens e serviços territoriais. I. Dissertação (Mestrado) – Programa de Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável. II. Título.

CDD – 338.4791



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR LITORAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL SUSTENTÁVEL - 40001016081P3

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **FELIPE MONTEIRO DE SOUZA** intitulada: **O ENFOQUE DA CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS APLICADO AO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: O CASO DA REDE ANFITRIÕES**, sob orientação do Prof. Dr. VALDIR FRIGO DENARDIN, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

MATINHOS, 28 de Setembro de 2023.

Assinatura Eletrônica

01/11/2023 08:45:12.0

VALDIR FRIGO DENARDIN

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

31/10/2023 21:02:40.0

EVANDRO CARDOSO DO NASCIMENTO

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

31/10/2023 18:13:43.0

LUIZ FERNANDO DE CARLI LAUTERT

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Dedico este trabalho à todas
e a todos os habitantes das
comunidades caiçaras, indígenas
e quilombolas presentes
no litoral do Paraná.

AGRADECIMENTOS

Às forças superiores que me protegem, me guiam, me orientam e abrem meus caminhos desde antes da primeira vez em que abri meus olhos neste mundo terreno;

À minha mãe e ao meu pai, pelo apoio incondicional, pelos conselhos, pelas risadas, pela presença, pelo acolhimento, além de todo o incentivo e encorajamento para que eu corra atrás do que acredito. Sem eles esta jornada acadêmica teria sido ainda mais árdua;

À minha irmã e meus irmãos, que também me forneceram apoio de diversas formas, e que vibram comigo a cada conquista e desafio superado;

Ao meu orientador, pelas elucidações e apontamentos que foram fundamentais para a realização desta pesquisa, e também pela paciência e compreensão frente às minhas dificuldades, intermitências e inconstâncias produtivas, que fizeram parte do processo de construção deste estudo;

À professora Beatriz Cabral, por toda a disponibilidade em me auxiliar com as demandas relacionadas à academia, e por ter atenciosamente me acompanhado desde o início das minhas atividades como extensionista universitário, posteriormente como orientadora da minha monografia na graduação, até o presente momento como amiga;

Às anfitriãs e aos anfitriões do litoral, por tanto terem me ensinado, por terem dedicado seu tempo para fornecer os seus relatos na pesquisa de campo, e por terem me agraciado com suas histórias, sua sabedoria, sua irreverência, suas experiências, seus pontos de vista e reflexões, além de toda a hospitalidade ao me receberem em suas comunidades.

Às amigas e aos amigos, pelas conversas, pela compreensão para com minhas demandas e ausências, e também pelos momentos de descontração, os quais foram importantes neste percurso.

Sem todas e todos vocês, este trabalho não seria. Muito obrigado!

“Um passo à frente, e você não está mais no mesmo lugar.”

Chico Science e Nação Zumbi

RESUMO

O Turismo de Base Comunitária (TBC) representa um modelo de gestão da atividade turística que viabiliza o favorecimento dos atores em territórios onde ocorre atividade turística, por meio do protagonismo nas tomadas de decisões, de governança e também gestão por parte destes atores. O TBC representa uma alternativa à atividade turística massificada, a qual tem potencial para gerar impactos ambientais e sociais negativos quando executada sem planejamento e visando apenas o lucro. Trata-se de um modelo de gestão pautado na valorização das características ambientais e culturais e também dos atores locais que atuam dentro desse modelo, representando uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Mesmo que a concepção da proposta esteja alinhada com um turismo que beneficia os moradores locais, se fazem necessários mecanismos que possibilitem a continuação das iniciativas que realizam o TBC. Uma destas estratégias pode ser o enfoque das Cestas de Bens e Serviços Territoriais (CBST), a qual é constituída por produtos e serviços ancorados em atributos territoriais, através de uma oferta de bens e serviços estruturada por atores locais. Neste sentido, o presente trabalho tem por objetivo realizar um estudo dos roteiros e serviços oferecidos pela Rede Anfitriões de TBC, para identificar o potencial de composição de uma CBST com o intuito de potencializar a comercialização dos produtos e serviços oferecidos pelos anfitriões que atuam na região do litoral paranaense. A pesquisa buscou também um maior entendimento sobre a relação entre o TBC e a dinâmica sazonal a qual o litoral do Paraná é exposto anualmente, sobretudo nos municípios de uso balneário. Trata-se de uma pesquisa qualitativa realizada em campo através de entrevistas com moradores de comunidades tradicionais inseridas no litoral paranaense - no caso deste estudo, caíças - que fazem parte do recorte espacial adotado. Como principais resultados, foi possível identificar roteiros serviços e produtos oferecidos pelos anfitriões da rede com potencial para compor uma CBST, ao passo em que também foi identificada a carência de organização dos atores da Rede Anfitriões para que pudessem compor uma oferta mobilizada com base nos atributos e características específicas dos seus respectivos territórios. Foi constatado também, que a baixa temporada não é interpretada pelos anfitriões como um período de poucas oportunidades para oferecer bens e serviços de TBC ao público. Isto porque, alguns anfitriões estão se dedicando a outras atividades sazonais remuneradas que ocorrem durante a alta temporada como a pesca do caranguejo, por exemplo, além das temperaturas elevadas que ocorrem na alta temporada de verão, e também por nesse período haver uma maior incidência de insetos, principalmente nos roteiros que incluem trilhas e caminhadas em áreas naturais. Os anfitriões descrevem ser mais conveniente oferecer este tipo de vivência em períodos em que as temperaturas estão mais amenas.

Palavras-chave: 1 Turismo de Base Comunitária; 2 Cesta de Bens e Serviços Territoriais; 3 Litoral do Paraná; 4 Desenvolvimento Territorial Sustentável.

ABSTRACT

Community-Based Tourism (TBC) represents a management model for tourist activity that enables the favoring of actors in territories where tourist activity occurs, through protagonism in decision-making, governance and also management by these actors. TBC represents an alternative to mass tourist activity, which has the potential to generate environmental and social impacts when carried out without planning and aiming solely for profit. The TBC is a management model based on the valorization of environmental and cultural characteristics and also of the local actors who work within this model, representing a sustainable territorial development strategy. Even if the design of the proposal is aligned with tourism that benefits local residents, mechanisms are needed to enable the continuation of initiatives that practice TBC. One of these strategies may be the approach of Baskets of Territorial Goods and Services (CBST), which consists of the offer of products and services anchored in territorial attributes, through an offer of goods and services structured by local actors. In this sense, the present work aims to carry out a study of the itineraries and services offered by the Community-Based Tourism Network Anfitriões do Litoral do Paraná, to identify the potential for composing a CBST with the aim of enhancing the marketing of products and services. offered by hosts who operate in the coastal region of Paraná. The research also sought a greater understanding of the relationship between TBC and the seasonal dynamics to which the coast of Paraná is exposed annually, especially in municipalities used for bathing. This is a qualitative research carried out in the field through interviews with residents of traditional communities located on the coast of Paraná - in the case of this study, *caíçarás* - which are part of the adopted spatial outline. As main results, it was possible to identify scripts, services and products offered by the network's hosts with the potential to compose a CBST, while it was also identified the lack of organization of the Host Network actors so that they could compose an offer mobilized based on the attributes and specific characteristics of their respective territories. It was also found that the low season is not interpreted by hosts as a period of few opportunities to offer TBC goods and services to the public. This is because some hosts are dedicating themselves to other paid seasonal activities that occur during the high season, such as crab fishing, for example, and also due to the high temperatures that occur in the high summer season, and also because during this period there is a greater incidence of insects, especially in itineraries that include trails and walks in natural areas, the hosts describe it as more convenient to offer this type of experience at times when temperatures are milder.

Keywords: 1 Community-Based Tourism; 2 Basket of Territorial Goods and Services; 3 Coast of Paraná; 4 Sustainable Territorial Development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: MAPA DAS COMUNIDADES INSERIDAS NA REDE ANFITRIÕES	49
Figura 2: LOGO DA REDE CAIÇARA DE TURISMO COMUNITÁRIO	50
Figura 3: GRUPO VISITANDO A ASSOCIAÇÃO MANDICUERA.....	51
Figura 4: LOGO DO GRUPO GUARAPÉS.....	52
Figura 5: LOGO DO GRUPO GUARAGUATÁ	54
Figura 6: GRUPO DE VISITANTES REALIZANDO UMA VISITA GUIADA À COMUNIDADE DO ALMEIDA, NA ILHA RASA	55
Figura 7: PRATOS PREPARADOS COM CAMBIRA NA COMUNIDADE DO GUARAGUAÇU.....	57
Figura 8: MAPA DAS COMUNIDADES ONDE FOI REALIZADA A PESQUISA DE CAMPO	59
Figura 9: BAÍA DE GUARATUBA VISTA DO MORRO DO CABARAQUARA.....	61
Figura 10: GRUPO DE VISITANTES INDO DA COMUNIDADE DO CABARAQUARA ATÉ A COMUNIDADE DO PARATI ATRAVÉS DA TRILHA DO BARREIRO	61
Figura 11: CACHOEIRA DO SALTO DO PARATI.....	62
Figura 12 : VISITANTES SENDO TRANSPORTADOS APÓS REALIZAR UMA TRILHA GUIADA PELO ANFITRIÃO 1	62
Figura 13: PASSEIO DE BARCO DA COMUNIDADE DO CABARAQUARA À COMUNIDADE DO PARATI CONDUZIDO PELO ANFITRIÃO 1	63
Figura 14: PASSEIO DE BARCO PELA BAÍA DE GUARATUBA CONDUZIDO PELO ANFITRIÃO 1	64
Figura 15: PASSEIO DE BARCO PELA BAÍA DE GUARATUBA PARA A CONTEMPLAÇÃO DO PÔR DO SOL REALIZADO PELO ANFITRIÃO 1	64
Figura 16 - REVOADA DE GUARÁS (<i>EUDOCIMUS RUBER</i>) REGISTRADA NA BAÍA DE GUARATUBA PELO ANFITRIÃO 1	65
Figura 17 REFEIÇÃO PARA GRUPO DE VISITANTES NA COMUNIDADE DO PARATI	65
Figura 18: VISITANTE CONHECENDO ROÇADO DA ANFITRIÃ NÚMERO 2	67
Figura 19: VISITANTE COLHENDO MARISCOS COMO PARTE DO ROTEIRO OSTRAS DA ILHA RASA.....	68
Figura 20 GRUPO DE VISITANTES EM UMA TRILHA DA COMUNIDADE DA PONTA DO LANÇO	69

Figura 21: REFEIÇÃO OFERECIDA AOS VISITANTES COM INSUMOS CARACTERÍSTICOS DE SUA COMUNIDADE.....	70
Figura 22: PÔR DO SOL NA BAÍA DE GUARAQUEÇABA VISTO DA COMUNIDADE DA BARRA DO ARARAPIRA	71
Figura 23: POUSADA RECANTO DO ARARAPIRA	72
Figura 24: CATAIA (BEBIDA E FOLHAS EMBALADAS PARA O CONSUMO)	72
Figura 25: ACAMPAMENTO DE PESCADORES DURANTE A ÉPOCA DE PESCA DA TAINHA NA COMUNIDADE DE ENCANTADAS, ILHA DO MEL	73
Figura 26: ANFITRIÃO NÚMERO 6 REALIZANDO UMA VISITA GUIADA NO MAR DE FORA, COMUNIDADE DE ENCANTADAS, ILHA DO MEL	74
Figura 27: REFEIÇÃO OFERECIDA PELA ANFITRIÃ NÚMERO 7	75
Figura 28: COMPOTAS DE GELEIA, PIMENTA E CONSERVAS PRODUZIDAS PELA ANFITRIÃ NÚMERO 7 COM INSUMOS CARACTERÍSTICOS DA COMUNIDADE	76

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: RECURSOS E ATIVOS, GENÉRICOS OU ESPECÍFICOS	33
Quadro 2: ANFITRIÕES DA REDE EM SEUS RESPECTIVOS MUNICÍPIOS E COMUNIDADES	58
Quadro 3: ROTEIROS, SERVIÇOS E PRODUTOS OFERECIDOS PELOS ANFITRIÕES QUE PARTICIPARAM DAS ENTREVISTAS	77
Quadro 4: ANFITRIÕES QUE OFERECEM ROTEIROS, SERVIÇOS E PRODUTOS TERRITORIALIZADOS COM POTENCIAL PARA COMPOR UMA CBST	84

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

AF - Agricultura Familiar

AGFs - Agroindústrias Familiares

AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina

AMPC- Associação da Mulheres Produtoras de Cataia

AOC - Denominação de Origem Específica

APA - Área de Proteção Ambiental

CBST - Cesta de Bens e Serviços Territoriais

COOMFLONA - Cooperativa Mista da Floresta Nacional dos Tapajós

DOC – Denominação de Origem Controlada

DTS - Desenvolvimento Territorial Sustentável

IAT - Instituto Água e Terra

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

IG- Indicação Geográfica

INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

IPHAN - Instituto Nacional de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MTur - Ministério do Turismo

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OMT - Organização Mundial do Turismo

ONG - Organização Não Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

PARNA - Parque Nacional

PDDI- Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado

PNSTH - Parque Nacional Saint Hilaire/ Lange

PDITS-LP - Plano Para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná

RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural

RQT - Renda de qualidade Territorial

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

TBC - Turismo de Base Comunitária

UC – Unidade de Conservação

UFPR - Universidade Federal do Paraná

PRÓLOGO – OS CAMINHOS QUE ME TROUXERAM ATÉ AQUI

As motivações que na minha vida germinaram e me moveram em direção à realização de um curso de pós graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável no litoral paranaense, foram semeadas no ano de 2017, quando eu inicio os meus trabalhos no projeto de extensão universitária intitulado Turismo de Base Comunitária Como Ferramenta Social Para o Litoral do Paraná, coordenado pela professora Beatriz Cabral. Porém, peço licença a quem lê este prólogo para que eu retorne a 2016, ano no qual eu ingresso no curso de Tecnologia em Gestão de Turismo na UFPR Setor Litoral, que fica no município de Matinhos.

Em pouco tempo residindo no litoral paranaense, pude conhecer um pouco melhor a região, juntamente de sua realidade e características, sendo que três aspectos me chamaram mais a atenção: primeiramente as paisagens exuberantes, a robusta fauna e flora, e a biodiversidade da linda e frondosa Floresta Atlântica; em seguida, as comunidades tradicionais juntamente de suas lindas e históricas manifestações culturais populares; e o outro aspecto foram as carências e conflitos socioambientais, os quais as pessoas que ali habitam são geracionalmente expostas.

Desde então, pairava sobre minhas indagações constantemente a vontade de direcionar meus trabalhos, estudos e produções realizados na academia, para que pudessem proporcionar algum retorno positivo aos moradores das comunidades tradicionais que vivem neste pedaço de chão cobiçado. E é neste contexto que, um ano após o meu ingresso como discente na instituição, eu passo a atuar como extensionista em um projeto que apoiava os moradores locais que quisessem oferecer, ou que já estivessem oferecendo roteiros e serviços turísticos relacionados ao Turismo de Base Comunitária.

É possível afirmar que, este momento foi um divisor de águas no período da graduação, uma vez que eu pude ter um contato mais próximo com as comunidades tradicionais dos municípios, juntamente de suas realidades, de sua cultura e de sua identidade ligada ao território. A partir disso, não houve dúvida de que seria com este enfoque que eu seguiria adiante. Foi quando tudo o que eu vinha estudando fez mais sentido uma vez que, inserido no projeto, eu pude vivenciar na prática o princípio epistemológico que compõe a fundamentação do Plano Político Pedagógico praticado no campus Setor Litoral da UFPR: a tríade ensino, pesquisa e extensão.

O referido projeto de extensão, iniciado em 2015, teve como principal objetivo fortalecer e fomentar o Turismo de Base Comunitária no litoral do Paraná. Para tanto, fora realizado o curso de extensão “Anfitriões do Litoral”, o qual forneceu aprendizados e aperfeiçoamento de atividades ligadas à proposta do TBC por parte dos moradores das comunidades, tais como gestão de reservas, boas práticas na cozinha, comunicação com visitantes, e estratégias de marketing digital.

Sequentemente, o enfoque principal das ações passou a ser o acompanhamento da rede no sentido de suporte à gestão, e também nas ações relacionadas ao marketing digital e à promoção dos roteiros e serviços oferecidos pelos anfitriões. Com relação às minhas contribuições dentro do projeto - na condição de bolsista, e também como voluntário - eu tive a oportunidade de atuar em escolas municipais da região, abordando os conceitos da proposta do Turismo de Base Comunitária com estudantes do ensino primário em Guaratuba e Guaraqueçaba; pude contribuir com os cursos de extensão, fornecendo apoio e também ministrando uma oficina sobre marketing digital e promoção do Turismo de Base Comunitária nas redes sociais; além de ter sido oportunizado a participar do processo de concepção da Rede Anfitriões. Após este momento, que ocorreu no ano de 2018, o projeto continuou fornecendo assessoria, apoio na gestão, e acompanhamento das ações da rede. Me fora designada a gestão das mídias sociais dos grupos e da rede, através dos perfis comerciais nas páginas no *Facebook*, no *Instagram*, e do canal no *YouTube*.

Durante a minha trajetória, eu pude perceber e observar de perto não só as potencialidades favoráveis ao Turismo de Base Comunitária tanto para a região quanto para a Rede Anfitriões, mas também as dificuldades para quem decide trabalhar com a proposta. Uma dessas, segundo relatos dos próprios anfitriões, seria a baixa procura por parte dos visitantes pelas experiências oferecidas em algumas comunidades, o que com o passar do tempo influenciou na continuidade das ações de alguns anfitriões, e na desmobilização de parte do coletivo, uma vez que, mesmo que a proposta do TBC sugira um fluxo reduzido de visitantes se comparado ao turismo de massa, a falta de procura pelo público pode desestimular os moradores das comunidades a seguirem oferecendo os roteiros. Era nítida a necessidade de uma estratégia que pudesse atuar positivamente neste desafio.

A partir desta indagação, eu tomei a decisão de realizar, em parceria com a equipe e coordenação do projeto de extensão Governança participativa para o Turismo de Base Comunitária, Ecoturismo e Turismo de Aventura no Litoral do

Paraná, e com o apoio do ICMBio - Parque Nacional Saint-Hilaire/ Lange, uma pesquisa de marketing, que tinha por objetivo fazer um panorama do perfil dos visitantes que buscam por experiências de Turismo de Base Comunitária. Desta forma, seria possível que a promoção dos roteiros e serviços da rede fosse melhor direcionada, através do fortalecimento da fundamentação das ações de marketing realizadas pela Rede Anfitriões. O estudo em questão juntamente de seus resultados viria a compor a produção da monografia apresentada como trabalho de conclusão de curso por este autor, a qual foi defendida no ano de 2020. A partir dos resultados da pesquisa, foi possível a criação de modelos de *persona*, baseando-se nas preferências e características do público específico da Rede Anfitriões, como por exemplo: as faixas etárias, cidades de origem, as profissões, os níveis de instrução, de que forma costumavam viajar, quanto tempo costumam ficar em deslocamento, em quais períodos do ano costumavam deslocar-se para outros lugares, se costumam ir sozinhos ou acompanhados, de que forma esse deslocamento acontece, dentre outras informações neste sentido.

Embora os resultados alcançados pela pesquisa de marketing tenham sido importantes para a gestão dos grupos de anfitriões, seria equivocada da minha parte achar que apenas este estudo seria suficiente para sanar as demandas da rede. Pelo contrário, acredito que o panorama do perfil do público da Rede Anfitriões tenha sido a ação necessária e viável no período em que foi investigado. Contudo, quanto mais informações fundamentarem o planejamento, a governança e a gestão do Turismo de Base Comunitária, maior é a contribuição aos campos teóricos e empíricos para ações interventivas e tomadas de decisão na prática. E não me refiro apenas às movimentações da equipe do referido projeto de extensão e da Rede Anfitriões, mas também a qualquer iniciativa a qual estudos acerca do tema possam ser convenientes. Nesta direção, após concluir a graduação senti que ainda poderia contribuir mais com a Rede Anfitriões, percebendo que ainda haviam caminhos a serem trilhados nas minhas pesquisas de estratégias para o fortalecimento dos atores locais e também do Turismo de Base Comunitária no litoral do Paraná, e que havia campo para continuidade. Então, no ano seguinte à conclusão da graduação, eu ingresso no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável da UFPR Setor Litoral, pois no meu entendimento, o tema juntamente do caso que eu estava me propondo a aprofundar os estudos - Turismo de Base Comunitária, e o caso da Rede Anfitriões do Litoral - era compatível com a linha de pesquisa “Socioeconomia e

Saberes Locais”, disposta, no período de realização deste estudo, na grade estrutural do programa.

As minhas indagações neste momento basearam-se na perspectiva de que os atores sociais são indissociáveis de sua identidade, de sua cultura, de suas crenças e de sua relação com os territórios, junto de suas características e especificidades. Para além deste ponto, após a produção da monografia demandada na graduação, eu estava também convicto na interpretação do Turismo de Base Comunitária enquanto estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, a qual organiza estes atributos que distinguem um território do outro. É concebida assim, uma oferta turística ancorada na valorização, no reconhecimento e no protagonismo dos moradores de determinado espaço, juntamente de sua cultura.

Convenientemente, já no primeiro semestre do mestrado, o orientador da pesquisa aqui descrita sugeriu que eu utilizasse o conceito da Cesta de Bens e Serviços Territoriais como um método de mobilização das características tanto físicas quanto culturais atribuídas a um território, o que ia de encontro com minhas intenções descritas já nas primeiras versões do meu projeto de pesquisa. Além disso, este apontamento causou também a centelha que faltava para que os objetivos deste estudo fossem então clareados e firmados: saber se a Rede Anfitriões concentrava em seus roteiros elementos em potencial para compor uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais, através de um levantamento a ser realizado em campo juntamente dos anfitriões da rede, os quais seriam convidados a fornecer informações detalhadas sobre seus roteiros, serviços e também produtos oferecidos ao público.

Desejo a quem possa interessar esta pesquisa, uma boa leitura e bons estudos!

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 O ENFOQUE DAS CBST: UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL	23
2.1 DO TERRITÓRIO AO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	25
2.2 A CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS	28
2.3 A CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS COMO POTENCIALIZADORA DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA.....	37
3 CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	44
3.1 A REDE DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA ANFITRIÕES DO LITORAL DO PARANÁ	47
3.1.1 A Rede Caiçara de Turismo Comunitário	49
3.1.2 O Grupo Guarapés.....	51
3.1.3 O Grupo Guaraguatá.....	53
3.1.4 O Guaraguaçu.....	56
3.2 COLETA DE DADOS	57
4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	60
4.1 A CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS É UMA ESTRATÉGIA VIÁVEL PARA A REDE ANFITRIÕES DO LITORAL (?).....	82
4.2 A SAZONALIDADE E OS ROTEIROS, SERVIÇOS E PRODUTOS OFERECIDOS AO PÚBLICO PELOS ANFITRIÕES	88
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS.....	92
APÊNDICE 1 – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS EM CAMPO	100

1 INTRODUÇÃO

O Turismo de Base Comunitária (TBC) representa uma alternativa ao turismo massificado (Bursztyn, 2012). A proposta consiste em um modelo de gestão da atividade turística no qual comunidades - no caso desta proposta de pesquisa, caiaçaras¹ - são beneficiadas diretamente com a atividade turística local. O planejamento do TBC está relacionado a um fluxo reduzido e organizado de turistas, podendo ser associado à responsabilidade socioambiental, e ao turismo sustentável² (Sampaio; Zamignan, 2012) através do protagonismo, da valorização do meio ambiente, da história, da cultura e dos modos de vida atribuídos aos atores sociais das comunidades, no que diz respeito ao turismo (Sampaio; Alves, 2013; Sampaio; Zamignan, 2012). O TBC demonstra assim potencial para a preservação e manutenção dos patrimônios culturais e ambientais, e também para o desenvolvimento sustentável de territórios, estes comumente desassistidos e expostos a conflitos de natureza socioambiental e socioeconômica, a exemplo da região litorânea do estado do Paraná (Tiepolo; Denardin, 2019).

Formado por sete municípios³ e representando 3% da área estadual (PARANÁ, 2019), o litoral paranaense fica a aproximadamente 100 quilômetros da capital Curitiba, e apresenta elementos culturais marcantes oriundos da miscigenação dos povos indígenas Guaranis com os colonizadores europeus e com os povos africanos (Diegues, 2006; Tiepolo, 2015), além de um exuberante patrimônio natural. Das doze categorias de Unidades de Conservação (UC) previstas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), seis⁴ ocorrem na região, ocupando 82,43% da área geográfica. (PARANÁ, 2019). Além de estar inserida na maior área remanescente do bioma Mata Atlântica da costa brasileira, uma parcela considerável

¹ Termo que caracteriza indivíduos e comunidades residentes em áreas costeiras dos estados de São Paulo, Paraná, além de parte de Santa Catarina e Rio de Janeiro. Estes se identificam com a vida simples, e com atividades ligadas à agricultura e pesca como forma de subsistência, além de possuir uma cultura, práticas, hábitos e modos de vida característicos e específicos (Diegues, 1988).

² Turismo sustentável satisfaz as necessidades dos visitantes suprindo as necessidades socioeconômicas das regiões receptoras, enquanto os aspectos culturais, a integridade dos ambientes naturais e a diversidade biológica são mantidas para o futuro (MTUR, 2009).

³ Litoral Sul: Guaratuba, Matinhos, Pontal do Paraná; Litoral Norte: Antonina, Guaraqueçaba, Morretes; Município Pólo: Paranaguá.

⁴ Área de Proteção Ambiental, Estação Ecológica, Floresta Estadual, Parque Estadual, Parque Nacional, Reserva Particular do Patrimônio Natural, sendo 15 unidades estaduais, 8 federais e 11 privadas, apresentando um total de 34 áreas protegidas (PDITS-LP; Tiepolo, 2015. IAT, 2023).

destas UC está sobreposta em territórios onde vivem mais de oitenta comunidades tradicionais⁵ entre povos indígenas, quilombolas e caiçaras, apresentando assim, potencial para a prática do TBC na região (Cabral, 2020).

O litoral do Paraná apresenta uma suscetibilidade histórica frente às fragilidades socioeconômicas provenientes da carência de políticas públicas eficientes (Tiepolo; Denardin, 2019). O que se tem encontrado desde momentos anteriores até os dias de hoje, são conflitos ambientais consequentes da dinâmica de crescimento da iniciativa público-privada, além do não reconhecimento dos povos tradicionais, desconsiderando modelos desenvolvimentistas alternativos, os quais são notoriamente viáveis dentro dos contextos ambientais, culturais e sociais do litoral paranaense (Tiepolo, 2015). Ainda segundo Tiepolo (2015), o discurso distorcido sobre o modelo de desenvolvimento enquanto sinônimo de crescimento econômico se apropria indevidamente das terras desses povos tradicionais, implementando o modelo industrial destrutivo, o que faz com que as populações se tornem invisíveis, e sofram involuntariamente com as consequências da imposição destes processos (Tiepolo, 2015).

Ao descrever e caracterizar o litoral paranaense, encontram-se contextos ambientais, culturais e socioeconômicos heterogêneos, sendo que a desigualdade social também é característica presente em todos os municípios (IPARDES, 2022; Estados, 2003). Existe também o impacto inerente à sazonalidade de alta e baixa temporada na região, sobretudo nos municípios de uso balneário (Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná) causado pela população flutuante que se desloca para estes municípios. Entende-se por população flutuante indivíduos que se deslocam de um município a outro por motivos de lazer, profissionais, educativos ou comerciais (Pólis, 2014). Apesar de não serem residentes fixos dos territórios, fazem uso da infraestrutura e dos serviços locais, públicos ou privados, impactando as dinâmicas sociais, culturais, econômicas e ambientais destes lugares. Uma movimentação comum das populações flutuantes é a que se desloca durante o período de verão, sobretudo nos municípios de uso balneário, os quais recebem uma grande quantidade de turistas (Agevap, 2014).

⁵ “Espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária [...]” (BRASIL, 2007).

Este fator impacta diretamente os comerciantes e prestadores de serviços relacionados à atividade turística. Considerando o fato de que os fluxos turísticos geralmente não são lineares, isto é, o número de turistas em deslocamento para determinadas localidades é variável durante o ano (Sheuer; Bahl, 2011) esta dinâmica é subdividida, segundo Mota (2001) entre baixa, média e alta estação. É essa oscilação no fluxo turístico que se entende por sazonalidade. Contudo, esta é uma condição que gera consequências negativas tais como desemprego, encerramento de atividade de pequenas empresas e queda nas atividades relacionadas ao turismo (Mota, 2001). No caso do litoral paranaense, comparado com o período anual de 12 meses, e considerando que a alta temporada tem a duração de aproximadamente 4 meses, por vezes este curto espaço de tempo não supre as demandas econômicas dos moradores, sendo que na baixa temporada as oportunidades de trabalho diminuem drasticamente nos municípios de uso balneário da região (Estades, 2003; Sheuer, 2010).

O litoral paranaense abriga recursos naturais e cênicos exuberantes, tais como cachoeiras, baías, praias, serras, morros e montanhas. Está inserido no maior remanescente contínuo do bioma Mata Atlântica do mundo, e compõe o mosaico do Lagamar, que é constituído por 52 UC entre o litoral Sul de São Paulo e o litoral Sul do Paraná (Miretzki *et al.*, 2020). Fatores estes que geram potencial para contribuir com a atividade turística durante todo o ano, não apenas durante a alta temporada (Cabral, 2019).

E é nesta pluralidade de contextos da região que é fundada em 2018 a Rede de Turismo de Base Comunitária Anfitriões do Litoral do Paraná, em parceria com projetos de extensão promovidos pela UFPR - Setor Litoral, que tinha como objetivo fomentar e fortalecer o TBC na região. A Rede oferece roteiros e serviços turísticos de base comunitária em quatro municípios da região litorânea paranaense: em Guaratuba, pelo Grupo Guarapés; em Guaraqueçaba, pelo Grupo Guaraguatá; e Paranaguá, pela Rede Caiçara de Turismo Comunitário, e em Pontal do Paraná pela comunidade tradicional do Guaraguaçu.

A Rede conta com aproximadamente 17 anfitriões (agentes receptivos) ativos oferecendo roteiros já estruturados e prontos para a comercialização - 2 no município de Paranaguá, 8 no município de Guaraqueçaba, 6 em Guaratuba, e 1 em Pontal do

Paraná. Dentre os roteiros e serviços oferecidos, estão vivências⁶ junto da cultura caiçara; passeio de barco; remadas em canoa de um pau só; trilhas guiadas (com níveis variados de dificuldade); *birdwatching*⁷; hospedagem; e ciclorrota (Souza, 2020).

A comercialização dos roteiros e serviços ligados à proposta do TBC é uma das principais dificuldades⁸ encontradas por iniciativas que se propõem a trabalhar neste modelo de gestão, sendo inclusive este fator que pode determinar se as mesmas continuam ofertando atividades baseadas na proposta, ou inexoravelmente findarão, caso não haja o acesso destes roteiros por parte dos visitantes (Bursztyn, 2012; Burzty; Bartholo (2012). Esta dificuldade também influencia no funcionamento da Rede Anfitriões, tal constatação foi possível através de relatos fornecidos pelos próprios anfitriões em levantamento realizado pela equipe dos projetos de extensão da UFPR Setor Litoral (Souza, 2020).

Mesmo que o TBC seja baseado em uma atividade com um fluxo turístico reduzido e planejado, articulado a partir dos recursos e ativos territoriais específicos de determinada localidade – diferentemente do turismo massificado (Zaoual, 2008), que é baseado em recursos e ativos genéricos, que raramente ou quase nunca enxerga as comunidades tradicionais com relevância – ainda assim apresenta-se como uma atividade econômica no arcabouço do turismo, necessitando de estratégias que apoiem sua viabilidade, e aproxime estes prestadores de serviços (no caso desta proposta, os anfitriões) com o seu público em potencial (Coutinho *et al.*, 2013; Assis, 2013).

Ademais, segundo Bursztyn (2012), para que a continuidade de iniciativas pautadas no modelo de gestão do TBC seja viável, há a necessidade de identificação de métodos que possam exercer uma influência positiva no processo de comercialização dos roteiros e serviços turísticos relacionados à proposta. Sendo assim, uma vez que o TBC esteja associado a uma estratégia de desenvolvimento

⁶ Pesca artesanal, passeio em canoa de um pau só, produção de farinha de mandioca, fandango e gastronomia típica (Souza, 2020).

⁷ Observação de pássaros na natureza.

⁸ Dentre as dificuldades enfrentadas por iniciativas de TBC, segundo Maldonado (2009) podem estar a carência de políticas públicas de incentivo; difícil acesso à recursos financeiros; difícil acesso ao mercado turístico; déficit na formação dos agentes receptivos; falta de acesso à serviços fundamentais como saúde, saneamento básico e infraestrutura rodoviária; gestão operacional e gerencial limitada por falta de instrução; e pouca eficiência em ações relacionadas à comercialização; falta de acesso à mecanismos comerciais.

territorial sustentável (DTS) (Sampaio; Coriolano, 2011; Irving *et al.*, 2018). Abordagens teórico-metodológicas que também representem estratégias correspondentes a este enfoque, apresentam potencial para colaborar com o referido processo de comercialização, de continuidade, de organização e de governança das iniciativas, sendo uma destas o enfoque de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST).

A CBST constitui uma oferta heterogênea de bens e serviços, articulada por atores locais e fundamentada em características⁹ atribuídas a determinado espaço geográfico. Segundo Pecqueur (2005) e Cazella *et al.* (2020), estes atores são os protagonistas da elaboração, gestão e governança das CBST, a qual é configurada através do processo de especificação e qualificação de ativos e recursos territoriais, tangíveis ou intangíveis. As cestas são, desta forma, inseridas em um sistema produtivo ancorado na história, cultura, nos modos de vida, no saber-fazer e em características biofísicas de determinado território, o qual é vinculado à uma identidade que o distingue de outros (Pecqueur, 2005).

A partir da especificação, qualificação, e valorização de recursos específicos, torna-se viável a geração de uma renda de qualidade territorial¹⁰ (RQT), a qual reflete um estágio avançado de organização do território por parte dos atores que o compõem, no sentido da configuração da oferta de bens e serviços territorializados. Isto porque a RQT ilustra o potencial destes atores de identificar a disposição e interesse que há por parte dos consumidores a pagarem pelas características ligadas ao ambiente e qualificadas no processo de especificação (Pecqueur, 2006b).

Surge então a indagação que norteia o presente estudo: considerando as fragilidades socioambientais e socioeconômicas, assim como as especificidades territoriais do litoral paranaense, incluindo sua dinâmica sazonal, os anfitriões mobilizam bens e serviços territoriais que poderiam constituir uma CBST?

⁹ Tais como aspectos geográficos (morfológicos, paisagísticos e climáticos), aspectos históricos, culturais e ambientais (Pecqueur, 2005, 2006a).

¹⁰ Ganhos ancorados na expertise e em técnicas específicas, relacionadas a uma determinada localidade e suas características (biofísicas, históricas e culturais), são o que Pecqueur (2006a) define como renda de qualidade territorial (RQT), a qual constitui a forma com que sistemas produtivos que apresentam um diferencial tornam possível uma oferta constituída de bens ou serviços característicos e específicos do território. A RQT reflete também a capacidade de articulação dos atores locais mediante ferramentas institucionais, além de permitir a disposição dos consumidores a pagarem a mais por aspectos inerentes ao território, onde o produto foi produzido (Pecqueur, 2006b).

A questão nos leva a definir o objetivo geral desta pesquisa: realizar um estudo sobre quais bens e serviços oferecidos pela Rede de Anfitriões poderiam compor uma cesta de bens e serviços territoriais que potencializaria suas ações relacionadas ao TBC, e aporte contribuições ao desenvolvimento sustentável do Litoral do Paraná.

Para atender ao objetivo geral, os seguintes objetivos específicos se fazem necessários: **a)** apresentar a atividade desenvolvida pela Rede Anfitriões, identificando os roteiros, os produtos e os serviços ofertados pelos anfitriões entrevistados; **b)** identificar os recursos e ativos territoriais, genéricos ou específicos; mobilizados, ou não, pela Rede de Anfitriões, que podem compor uma CBST; e **c)** investigar se o turismo de base comunitária apresenta potencial para ser uma alternativa à dinâmica sazonal a qual os municípios do litoral paranaense estão submissos.

Em termos de inovações tecnológicas, o ser humano tem a capacidade mais avançada e distinta se comparado a qualquer outro ser vivo do planeta terra. Entretanto apresenta grandes dificuldades em ser uma sociedade que se organiza baseando-se no bem estar entre seus semelhantes (Dowbor, 2017).

A mesma sociedade está ligada historicamente à uma lógica de mercado que contribui para que demandas socioambientais fique sempre em plano de fundo, isso quando consideradas (Zaoual, 2003). Nas palavras de Dowbor (2017, p. 34) “Temos, assim, um caos em termos de discrepância relativa aos interesses de desenvolvimento econômico e social [...]”, porém com técnicas e métodos eficazes no sentido de otimização da rentabilidade corporativa. Para Sampaio e Junior (2005) estas dinâmicas da sociedade e suas novas formas de comportamento suprimem costumes tradicionais. Mesmo assim, em uma perspectiva evolutiva do *Homo sapiens* a necessidade de coexistência entre os seres humanos através métodos organizacionais cooperativos, altruístas, ou baseado no que Tygel (2017, p. 39) aponta como “apoio mútuo, bem comum – ou desenvolvimento sustentável local [...]” é evidente.

Em âmbito nacional, as pautas sobre meio ambiente e desenvolvimento foram incluídas nos debates inerentes às políticas públicas na Constituição de 1988. Contudo, as discussões e ações acerca dos temas ainda eram dispersas. Neste momento historicamente vislumbrava-se o que “[...] parecia sugerir, à primeira vista, uma abertura decidida à instituição de sistemas de gestão integrada e participativa do

nosso patrimônio natural e cultural” (Vieira, 2009, p. 29). Porém, mesmo após os compromissos globais assumidos pela Agenda 2030 na Conferência da Organização das Nações (ONU) Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, na Rio-92, ou na Cúpula da Terra - e nos dias atuais – as ações efetivadas pelo sistema político são consideravelmente inferiores às expectativas desde outrora geradas (Vieira, 2009). Um exemplo prático desta citação está no litoral do Paraná, onde é a lógica especulativa que se sobressai há décadas (Tiepolo; Denardin, 2019).

Os principais usos do solo nos municípios da região, segundo Pierri *et al.*, (2006, p. 138) são: “o portuário, o pesqueiro, o turístico e a conservação de ecossistemas presentes e de sua biodiversidade”. A região apresenta assim uma propensão histórica às fragilidades socioeconômicas provenientes da carência de políticas públicas eficientes (Tiepolo; Denardin, 2019).

Neste sentido, o TBC representa uma alternativa inovadora, sendo considerada uma estratégia de desenvolvimento sustentável para a atividade turística na região do litoral do Paraná (Cabral, 2019), além de dialogar com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos em 2015 pela Agenda 2030, sobretudo para os que influenciam positivamente na socioeconomia, no “[...] consumo e produção sustentáveis e na sustentabilidade do uso dos ecossistemas marinhos e oceânicos” (Cabral, 2019, p. 337).

Ademais, a partir da produção deste trabalho espera-se contribuir com as discussões teóricas acerca do TBC, alinhadas com o enfoque da CBST. São dois temas que apresentam compatibilidade enquanto estratégia de DTS. Conforme descrevem Sperb e Serva (2018, p. 96): “[...] o turismo é uma atividade que apresenta potencial para alavancar a estratégia da cesta de bens nos territórios, tomando como base os conceitos de ecoturismo e turismo comunitário”. Nesta mesma direção, Maldonado (2009) afirma que uma das carências identificadas na oferta do TBC é a ausência de mecanismos configurados por parte dos atores sociais – das comunidades, do poder público e da iniciativa privada – para que possam atuar de maneira positiva na oferta do Turismo de Base Comunitária. Esta perspectiva reforça a relevância da realização de estudos que possam atuar positivamente na dispersão da oferta indicada por Maldonado (2009), sendo o enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais uma abordagem compatível com esta premissa de oferta organizada pelos atores locais.

2 O ENFOQUE DAS CBST: UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

O turismo representa uma das atividades mais importantes, no que diz respeito às movimentações econômicas na maioria dos países em esfera global, sendo que em quase todos os contextos territoriais encontrados pelo mundo, é possível observar pelo menos algum vestígio de influência da atividade (Urry, 2001). No momento histórico que sucedeu o advento da revolução industrial, juntamente dos caminhos que rumaram ao avanço da ciência, da tecnologia e da mobilidade através do avanço dos meios de transporte, foram a força motriz para que a atividade turística enquanto fenômeno social tivesse um crescimento exponencial (Urry, 2001; Krippendorf, 2003).

Conforme sublinham Zaoual (2008) e Urry (2001), ao descrever o turismo dito de massa, é identificada uma aplicação da atividade turística pautada em lucros e em grande escala, deixando em um plano secundário os aspectos relacionados aos atores endógenos aos territórios, gerando assim impactos socioeconômicos, socioambientais e socioculturais degradantes nas localidades onde ocorrem fluxos turísticos massificados. A motivação que fundamentou o planejamento do turismo durante um longo período foi direcionada para que a atividade tivesse o foco em aspectos economicistas (Urry, 2001). Contudo, segundo Körössy (2008) é possível observar a influência de outra perspectiva sobre a atividade turística, as quais consideram também fatores sociais e ambientais e culturais, através da inclusão das características específicas ambientais e geográficas dos territórios, assim como a identidade cultural dos atores que os compõem, contemplando os fundamentos do desenvolvimento territorial sustentável (Sampaio, 2005; Pecqueur, 2005).

Um dos modelos de gestão da atividade turística compatível com os aspectos supracitados, é o Turismo de Base Comunitária, o qual detém na sua base conceitual as premissas de um turismo que prioriza o protagonismo das comunidades onde ocorre o TBC, através da gestão, da governança e valorização dos seus modos de vida, suas crenças e da sua relação com o ambiente onde estão inseridos (Bursztyn; Bartolo, 2012).

Nas palavras de Moraes e Irving (2018, p. 319) o TBC representa:

[...] uma alternativa para estimular e favorecer o desenvolvimento turístico, de forma sustentável, priorizando o protagonismo local e assegurando o compromisso de geração de benefícios econômicos para as populações envolvidas, considerando como pressuposto para tal a minimização dos impactos negativos decorrentes do processo, a melhoria da qualidade de vida dos moradores locais e o compromisso de conservação dos recursos naturais e culturais nos lugares turísticos.

Todavia, ainda segundo as autoras, não se deve atribuir a proposta do TBC como uma atividade de viés assistencialista, ou a um tipo de turismo “mais barato” por ser de base comunitária, tampouco um jeito de colocar as populações locais em uma posição vitimista. Cabe ressaltar que é um equívoco também interpretar o turismo apenas como uma substituição ao turismo massificado, uma vez que a proposta é pautada em uma outra forma de se realizar a atividade turística de uma forma mais justa do ponto de vista social, não se limitando a uma “saída” para o turismo de massa (Moraes; Irving, 2018). Trata-se aqui de uma iniciativa que demanda organização, gestão e governança, incluindo a necessidade da identificação de mecanismos que possam atuar de maneira positiva na condução da oferta turística, conforme descreve Maldonado (2009, p 23) ao se referir à uma das dificuldades encontradas por iniciativas de TBC:

Oferta dispersa e fragmentada, carente de estruturas e mecanismos regulares de cooperação interna para organizá-la e externa para potencializá-la. Apesar das vantagens das parcerias serem percebidas, os esforços empreendidos ainda são incipientes e pouco sistemáticos.

No caso desta pesquisa, o enfoque da CBST apresenta potencial para atuar nesta premissa, por trata-se da oferta de bens e serviços articulada por atores locais, e fundamentada em características atribuídas a determinado território (Pecqueur, 2005, 2006a). Nesta direção, o capítulo inicial desta dissertação tem o objetivo de abordar a amplitude polissêmica que fundamenta o conceito de território, e também de Desenvolvimento Territorial Sustentável. Em seguida, serão abordadas as premissas teóricas do enfoque da CBST, juntamente de exemplos empíricos pioneiros do conceito, aplicados à realidade dos contextos brasileiros como casos potencializadores da atividade turística de base comunitária.

2.1 DO TERRITÓRIO AO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Para que haja uma melhor compreensão do enfoque das CBST, se faz necessária uma síntese sobre o conceito de território. A terminologia deriva do latim, *territorium*, referindo-se à terra e a “[...] espaço de terra apropriado” (Flores, 2006, p. 36). Segundo Santos (2005), o entendimento que se tem no que diz respeito a território é reflexo de sua conceituação que, durante um longo período, permaneceu praticamente inalterada difundindo prioritariamente o uso do território em si, e não a pluralidade e especificidades atribuídas a este. Nesta direção, Haesbaert (2007) afirma que desde a década de 1960 há um sentido negligenciado ou distorcido entre as dimensões conceituais de território e espaço¹¹ no que compete às suas respectivas discussões teóricas. A compreensão sobre território de uma maneira ampla, não restrita apenas a arrimo de atividades políticas ou econômicas consequentes da “globalização perversa” (Santos, 2005) se faz necessária, uma vez que: “Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro” (Santos, 2005, p. 255). Como definição, Flores (2006, p. 36) descreve que:

O território é delimitado pela identidade, pelo interesse comum na resolução de um problema ou resultado esperado: delimitação de uma área na qual os atores ou grupos sociais exercem domínio e possuem o interesse comum de proteger, preservar, valorizar o que tem “de seu” neste espaço, seja na esfera cultural, histórica, ambiental, das potencialidades econômicas, etc.

Conforme descreve Haesbaert (2007), embora o enfoque territorial seja centralmente presente nos estudos competentes à Geografia, sua teoria também contempla outras áreas do conhecimento científico, as quais compõem a noção de território referenciando-se respectivamente a partir de suas perspectivas. Ainda segundo Haesbaert (2007), a Geografia interpreta o território como espaço físico, dotado de materialidade, incluindo a interação entre homem e natureza; as Ciências Políticas, por sua vez, enfatizam a construção do território através de relações de

¹¹ Conforme afirma Saquet (2008, p. 34) “O espaço social corresponde ao espaço humano, lugar de vida e trabalho: morada do homem, sem definições fixas. O espaço geográfico é organizado pelo homem vivendo em sociedade e, cada sociedade, historicamente, produz seu espaço como lugar de sua própria reprodução”.

poder, com o mesmo muitas vezes - mas não necessariamente - subordinado ao Estado; já a Economia o compreende como uma das bases do processo de produção e das relações econômicas; os estudos ligados à Antropologia colaboram com o entendimento dos simbolismos presentes nos territórios, sobretudo nos que abrigam povos e comunidades tradicionais; a Sociologia descreve as relações sociais construídas nos territórios; ao passo que a Psicologia aborda a identidade atribuída aos indivíduos que o compõe.

Haesbaert (2007, p. 40) descreve em uma síntese de quatro dimensões a ampla noção de território: o sentido político, o qual está ligado às “relações espaço-poder” (institucionalizadas ou não), na qual o território é interpretado como um espaço delimitado e controlado por um poder, na maioria das vezes exercido pelo Estado; a vertente cultural, de caráter simbólico, intangível e subjetivo atribuído às relações exercidas por um grupo em determinado espaço vivido, os quais compõem o território; à dimensão econômica, na qual o território é tido como fonte de recursos, onde se encontram as discussões e debates sobre classes sociais, desigualdades, “[...] e na relação capital-trabalho, por exemplo”; e por fim, a dimensão natural, na qual acontece a relação sociedade e natureza.

A composição do território também se dá por meio de ações sociais incorporadas por diferentes atores em um determinado espaço, conforme aponta Flores (2006, p. 4): “O território surge, portanto, como resultado de uma ação social que, de forma concreta e abstrata, se apropria de um espaço (tanto física como simbolicamente), por isso denominado um processo de construção social.”

À luz de Pecqueur (2006a), para uma melhor compreensão de território, é relevante entendê-lo através de dois conceitos distintos: o território dado, e o território construído. O primeiro é composto por limites institucionalizados, definidos e imposto “de cima pra baixo”, por ações de natureza político-administrativas. Por outro lado, o território construído é tido como um espaço onde ocorrem as relações sociais, onde os atores locais ancoram o seu sentimento de pertencimento à identidade ali estabelecida por relações histórico-culturais.

Pecqueur (2006a) e Carrière e Cazella (2007) apontam que há cerca de três décadas era preferível a terminologia de desenvolvimento local, o que aparentemente refere-se a pequenas dimensões, e por este motivo, o uso do termo desenvolvimento territorial é preferível, pois remete à uma dimensão mais ampla.

É importante sublinhar que, no que diz respeito à noção de desenvolvimento territorial, sua fundamentação teórica pioneira tem a base empírica concebida em países com indicadores de desenvolvimento consideravelmente mais avançados se comparados aos encontrados no Brasil. A realidade socioeconômica Brasileira é inegavelmente carente de necessidades básicas como moradia, segurança alimentar, saneamento básico, fornecimento de água potável, segurança, saúde e educação. É bastante diferente de um país como a França, por exemplo, onde uma fração minoritária de moradores encontra-se desempregada, e dispondo de pouco recurso financeiro. Sendo assim, os dois contextos expressam um sentido empírico distinto, mesmo que fundamentados pela mesma teoria (Carrière; Cazella, 2007). Neste sentido Pecqueur (2005, p. 3) menciona que:

O desenvolvimento territorial designa todo processo de mobilização dos atores que leve à elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, na base de uma identificação coletiva com uma cultura e um território.

Com relação às estratégias de desenvolvimento territorial, existem duas abordagens teóricas que as fundamentam, sendo essas o desenvolvimento centralizado, o qual é embasado pela ideia de que o desenvolvimento deve acontecer impulsionado por grandes empresas e complexos industriais enquanto unidades motrizes dominantes, o que por consequência de efeitos “diretos, indiretos e induzidos” resultam em benefícios econômicos; e o desenvolvimento descentralizado, o qual é pautado na valorização de recursos locais (Perroux, 1955 *apud* Carrière; Cazella, 2007, p. 25).

A partir da década de 1980, novas abordagens relacionadas ao desenvolvimento territorial emergem, trazendo em seu cerne discussões de cunho político, ambiental e socioeconômico. Isto acontece em um cenário de crises atribuídas ao contexto de guerra no Oriente Médio na década de 1970, a preços elevados de combustíveis fósseis, e a modelos de desenvolvimento baseado na produção e consumo em massa. Este cenário gerou condições favoráveis à concepção de novas abordagens teóricas de desenvolvimento, as quais segundo Carrière e Cazella (2007) são decorrentes de fenômenos de impactos negativos na esfera socioambiental e política, o que fortaleceu o pensamento de que os próprios

atores que compõem o espaço, devem conduzir as decisões e ações que visam o desenvolvimento de seus respectivos territórios.

2.2 A CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS

Em decorrência dos malefícios causados pelo processo de globalização, em um contexto de crise econômica mundial, iniciativas que expressavam as possibilidades existentes na dinâmica organizacional criadas de um espaço por atores sociais emergia na França (Pecqueur, 2005). Mesmo período em que, na Itália, estudiosos das ciências econômicas mobilizaram formas de produção organizadas e conduzidas também por atores, levando ao o que é apontado por Pecqueur (2005, p. 11) como “[...] novas perspectivas de desenvolvimento territorializado [...]” uma vez que, ainda segundo o autor, é inviável o desenvolvimento territorial ser implementado na forma de uma decisão unilateral e verticalmente imposta, pois compete também à mobilização dos atores.

Nesta direção, é concebido por Pecqueur (2001) e Mollard (2001) a abordagem Cestas de Bens e Serviços Territoriais (CBST), que tem como objetivo viabilizar uma oferta de produtos e serviços coerente e justa, através da mobilização e articulação conjunta por parte dos atores sociais que compõem determinado território (Pecqueur, 2001). Sendo assim uma oferta fundamentada em bens e serviços de qualidade territorial, resultante de um processo de construção social. Desconsi (2022) e Cazella *et al.* (2020) apontam que o enfoque da CBST contempla ações de atores locais que objetivam conceber uma oferta baseada em características ligadas a uma localidade, dando ênfase ao patrimônio natural e cultural, o saber-fazer, os costumes, os modos de vida, dentre outros atributos territoriais.

O referido enfoque prioriza os ambientes juntamente de suas características naturais, juntamente de seus costumes, crenças e identidades que caracterizam estes atores, indo na contra mão de abordagens econômicas meramente utilitaristas, oferecendo assim uma alternativa ao produtivismo (Cazella *et al.*, 2022). Assim, o uso coordenado dos recursos presentes em dado território tem potencial para gerar resultados positivos no sentido de geração de trabalho e renda (Pecqueur, 2001).

No enfoque da CBST, a articulação dos agentes envolvidos é dada a partir do contexto social ou coletivo no qual estão inseridos ou situados, o que é evidenciado na forma como delimitam suas escolhas e estratégias, compondo assim as

características que resultam em um sistema produtivo local. No caso das produções situadas, as características ligadas ao ambiente e ao contexto social no qual foram produzidas são priorizadas.

Sendo assim, o uso dos recursos presentes em dado território, tem potencial para gerar resultados positivos no sentido de rendimentos econômicos (Pecqueur, 2001). A diferença não está em características como composição química e física de algum produto, mas sim na construção de uma imagem, valorizando outros serviços que foram incorporados ou associados neste. A exemplo de um alimento feito de alguma fruta ou insumo característico em determinada região, relacionando com algum meio de hospedagem, conforme afirma Pecqueur (2006b, p. 136):

Os agentes produtivos sediados num dado território podem colocar em prática uma estratégia voltada para uma oferta ao mesmo tempo diversificada (integrando vários tipos de bens e serviços) e situada (vinculada a um espaço específico, à sua cultura e à sua história). (PECQUEUR, 2006b, p. 136).

A articulação de estratégias de valorização e especificação de diversos produtos em torno de um mesmo contexto territorial e de produção (como a estratégia compósita, ou modelo de *bundle*, e o Modelo de Denominação de Origem Específica - AOC) define o enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST), que leva características de ambos (Pecqueur, 2001). O autor traz ainda na concepção da CBST, que a mesma pode ser identificada quando ao adquirir um produto de qualidade territorial, o consumidor também percebe que existem outros produtos específicos concebidos pela produção local, estando intrínsecos seu contexto, suas qualidades e características específicas, compondo um conjunto de produtos - ou bens e serviços - a serem oferecidos, ou seja, a cesta. A referida abordagem é oriunda de debates sobre estratégias de desenvolvimento territorial que se opõem à hegemonia da economia global (Cazella *et al.*, 2020).

Para que haja uma melhor compreensão das características de oferta de bens (*bundle* e AOC, ou seja, combinação e localização) aplicadas à combinação destas duas lógicas de estruturação de uma cesta de bens, faz-se necessário o entendimento destes dois aspectos desta oferta.

Sobre o modelo de *bundle*, Pecqueur (2006b) cita a tese de Brillard (2000), o qual aborda os fluxos turísticos e a oferta de serviços durante as temporadas em que ocorrem esportes de inverno na França. No que compete aos serviços turísticos, o

produto final é a hospedagem, mas a estação de ski era quem oferecia o pacote (ou a combinação dos referidos serviços) como alimentação, equipamentos esportivos, acompanhamento de instrutores e guias, etc. “[...] ou mesmo um conjunto coerente de prestações ou atividades agrupadas por temas” (Pecqueur, 2001, p. 139). O *bundle*, por sua vez, tende a ser combinado pelo demandante, possibilitando o consumidor escolher quais produtos irão compor o “pacote”, ou uma parte deste, minimamente.

Com relação ao modelo AOC¹² trata-se de estratégias de especificação de ativos territoriais, sendo associados à proximidade identitária, embasada em um meio geográfico situado nos quais leva-se em consideração não só os custos de produção e logística de determinado produto ou serviço, mas também especificidades e externalidades como clima, condições edáficas, sazonalidade, além de concorrência em esfera regional. A promoção destes produtos é fundamentada na sua especificação, o que é comum na qualificação de produtos agroalimentares, sobretudo no processo de obtenção da certificação de denominação de origem controlada. Neste sentido, Pecqueur (2001, p. 141) afirma que: “A diferenciação ocorre, por um lado, mediante a promoção da qualidade; e por outro, mediante uma delimitação precisa de um espaço geográfico que discrimina os beneficiários do selo de qualidade dos demais”.

Este processo está associado também à criação de uma percepção intrínseca positiva por parte do consumidor no que diz respeito à uma imagem coletiva dos atores sociais que habitam o território em questão. Para que a AOC seja obtida e reconhecida, é necessário a delimitação geográfica de onde é produzido o produto, estar enquadrado em um conjunto de diretrizes e normativas, além de contemplar aspectos históricos e identitários inerentes à saberes tradicionais, ligando assim o bem produzido com o território através de sua imagem, características específicas, e identidade (Pecqueur, 2006a). Ademais, conforme citado, a delimitação geográfica é

¹² Pode-se afirmar que um exemplo de AOC é a Indicação Geográfica (IG). Esta constitui um mecanismo regulamentado pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) de diferenciação de produtos genéricos, vinculando um produto ou serviço ao seu território de origem, através de aspectos relacionados ao meio ambiente e à cultura do mesmo (Denardin *et al.*, 2016; Niederle *et al.*, 2016). As IGs são subdivididas em duas modalidades: a Indicação de procedência (IP) “que se refere a um nome geográfico tornado reconhecido pela produção, extração ou fabricação de determinado produto, ou pela prestação de dado serviço, independentemente de outras características” (Niederle *et al.*, 2016, p. 13) e Denominação de Origem, a qual constitui “[...] nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos” (Brasil, 1996).

um aspecto fundamental para produção e execução dos produtos de qualidade territorial.

A articulação destes modelos de análise, juntamente de uma construção dialética, que articula a valorização da qualidade intrínseca de produtos e serviços em esfera territorial, constituem o enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais. Pecqueur (2006b, p. 43) aponta que:

A hipótese da cesta de bens pode ser verificada quando, num momento de aquisição de um produto de qualidade territorial, o consumidor descobre a especificidade de outros produtos procedentes da produção local e determina sua utilidade a partir do conjunto de produtos oferecidos (a cesta).

Segundo o enfoque da Cesta, quando o consumidor que faz a aquisição de determinado produto ou serviço ciente do seu contexto, supõe-se que este também adquire algo que não foi mencionado, mas está intrínseco ao referido contexto, concordando não só em pagar por isso, como também a reagrupar os produtos ou serviços adquiridos a partir de um produto principal, um produto líder (um produto AOC, por exemplo). Este aspecto não se refere ao *bundle*, uma vez que é quem realiza a compra que compõe este pacote (cesta), e não um vendedor que o estabelece previamente. Sendo assim, a CBST apresenta características tanto do modelo de *bundle*, quanto do produto de qualidade territorial AOC, trata-se da articulação dialética de ambos os modelos compondo um fenômeno simbiótico, de compras agrupadas, ou, em cesta. O consumidor procura, assim, aspectos específicos que não estão na aquisição de um produto apenas, mas sim na combinação destes, considerando as características de um território (Pecqueur, 2001).

Cazella *et al.* (2022) apontam a CBST como uma estratégia de geração de renda de qualidade territorial, e que um de seus aspectos essenciais consiste em ser colocado em prática não necessariamente através de preços elevados, mas sim, por meio da quantidade comercializada, para mais consumidores pagantes. Isto é possível através da mobilização coletiva por parte dos atores sociais que destacam e enaltecem atributos territoriais que decorrem da especificidade do bem ou serviço (Denardin, 2016). Sobre renda de qualidade territorial, Denardin *et al.* (2022, p. 75) descrevem que:

Esse tipo de renda é apropriado pelos diversos segmentos produtivos ou prestadores de serviços, não de forma igualitária, mas distribuída suficientemente entre os distintos atores, de forma a promover melhorias nos indicadores de sustentabilidade socioeconômica e ambiental dos territórios [...].

Segundo Pecqueur (2005), um produto com identidade detém pelo menos uma característica que os demais não tem, fazendo com que haja a necessidade de se levar em conta não só valores atribuídos à produção e logística, mas também externalidades e ao valor imaterial atribuído ao mesmo, devido às especificidades produtivas e do local onde houve a produção. É a especificação que identifica os recursos endógenos e característicos ao território, os quais viabilizam a distinção dos demais espaços que ofertam bens e serviços padronizados. Sobre especificação, (Pecqueur, 2006b, p. 137) afirma que:

Admitir que a especificidade de um dado lugar influencia a natureza dos recursos produzidos significa reconhecer que o contexto da produção exerce um papel determinante nos processos produtivos. A produção estaria assim enraizada no espaço físico e nas práticas historicamente constituídas.

Os recursos aqui abordados são de origens distintas: são dados¹³, ou construídos¹⁴ podendo ser caracterizados como recursos ou ativos, e qualificados entre recursos e ativos de natureza genérica ou específica (QUADRO 1):

¹³ Partem de aspectos pré-existentes do território, servindo de suporte institucional, como um espaço geográfico, ou como as delimitações regionais, municipais, distritais, etc. (Pecqueur, 2005).

¹⁴ Resultado de uma construção por parte dos atores sociais públicos, privados e associativos, os quais concebem qualidades específicas, ou seja, não reproduzíveis em qualquer espaço (Pecqueur, 2005).

Quadro 1: RECURSOS E ATIVOS, GENÉRICOS OU ESPECÍFICOS

Categoria	Definição	Genérico	Específico
Recurso	Representam reservas latentes, com a possibilidade de passar a ser um ativo, podendo estes estarem relacionados com aspectos materiais, a exemplo da produção agroalimentar, ou imateriais como saber-fazer, modos de vida e cultura.	Não distinguem um território do outro; são transferíveis, independente das potencialidades do território e seus atores; encontrados em vários lugares; seu valor se restringe ao sentido monetário.	Intransferíveis; imensuráveis, o que inviabiliza sua precificação; resulta, de um processo de aprendizagem e articulação coletiva, podendo gerar novos conhecimentos; precisam ser identificados
Ativo	Características e elementos que já foram identificados e se encontram em atividade.	Possibilidade de ativação independente do território; mesmo quando transformados de recurso para ativos, não deixam de ser genéricos; são atribuídos a valor econômico.	Intransferíveis, pois isto altera suas características essenciais; em geral se relacionam com mercados locais; dispõem de elementos intrínsecos e cognitivos que os ligam diretamente com o território, sua história, cultura, e características biofísicas.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Pecqueur (2006a, 2005)

No que compete aos ativos e recursos genéricos (QUADRO 1), estes superam as características espaciais e produtivas de determinado espaço geográfico, pois não diferenciam um território do outro.

Com relação recursos e ativos específicos, estes sim, contemplam os atributos espaciais e produtivos do território o diferenciando. Estes apresentam características distintas se comparados aos genéricos. Pecqueur (2005, p. 14) elenca três pontos que definem essa distinção: primeiro, o fato de que tais recursos só são concebidos a partir da articulação estratégica entre atores dentro de um processo de identificação, na solução de um problema inédito; o segundo ponto é que estes são imensuráveis, o que inviabiliza que seu valor seja expressado unicamente pelo sentido comercial e monetário. E por último, seu aspecto ligado à identidade, sentimento de pertencimento, processos históricos e à cultura (Pecqueur, 2005).

A transição ou “processo de metamorfose” (Pecqueur, 2005, p. 15) de um recurso para ativo fraciona-se em dois momentos distintos e particulares, sendo este a própria transição do recurso à ativo, e o segundo, de ativo ou recurso genérico para específico. O primeiro momento, segundo Pecqueur (2005) e Cazella *et al.* (2020) é indissociável da estrutura social ligada ao território, haja vista de que é um processo que demanda mobilização e articulação dos atores sociais que o compõem. Por

exemplo, um município balneário no qual no qual a praia gera fluxos turísticos, o oceano, a praia, a paisagem, sempre estiveram ali como um recurso específico do território, desde antes desses tornarem-se ativos. Contudo, a partir do momento em que a sociedade começa a incorporar o hábito de deslocar-se até a praia e banhar-se no mar como atividade de lazer, e os atores locais passam a organizar-se nestes locais para receber os turistas cada vez mais frequentes. Consequentemente, os comerciantes e empresários começam a obter lucros com hospedagem, alimentação e transporte. Neste momento, o recurso passa a ser ativo, ancorado em aspectos que durante muito tempo apresentavam apenas características físicas, geográficas ou biológicas. Outro exemplo, o preparo de algum prato culinário específico que além de apresentar suas características como insumos, textura e sabor, representam também atributos históricos, culturais e identitários de determinado território, vindo a se tornar um atrativo turístico, à exemplo do Barreado¹⁵ articulado com o turismo no litoral do Paraná, sobretudo nos municípios de Antonina, Morretes e Paranaguá (Gimenes, 2009; Brambatti; Damas, 2019). Nesta direção, segundo Pecqueur (2005) e como sugerem os exemplos, a CBST reflete características territoriais que lhes são propriamente e intrinsecamente atribuídas, as quais compõem as condições qualitativas que possibilitam a “metamorfose” de um recurso para ativo, a partir da mobilização dos próprios atores que compõem o território (Pecqueur, 2005).

Com relação aos ativos e genéricos esses são transferíveis, isto é, reproduzíveis independente das características de um lugar e seu conjunto de atores, estando o seu valor atribuído puramente ao sentido monetário, enquanto os “específicos”, são resultado de um constructo ligado ao território e seus atores. Desta forma, sua reprodução em outros contextos modificaria sua essência, sendo assim mais propenso a circular em mercados locais, ou de menor alcance de distribuição (Pecqueur, 2006b). A qualificação de um ativo genérico específico é o segundo momento que compõe o “processo de metamorfose”, descrito por Pecqueur (2005).

Nesta perspectiva, Cazella *et al.* (2020, p. 195) pontuam que:

¹⁵ Prato que compõe a gastronomia típica da região litorânea do estado do Paraná – sobretudo de Morretes, Antonina e Paranaguá - feito à base de carne bovina cozida e desfiada, temperada geralmente com cominho e folhas de louro, sendo servido acompanhado de banana e farinha de mandioca, insumos também característicos da região (Gimenes, 2009).

Os territórios são, assim, entidades socialmente construídas, resultantes de processos particulares de disputas, alianças e coordenação entre distintas categorias de atores sociais, os quais assumem a identificação, a criação e a valorização de recursos latentes, que podem resultar em ativos territoriais específicos.

As práticas relacionadas à especificação compõem uma ferramenta estratégica de desenvolvimento territorial, a qual nas palavras de Denardin (2016) se dá através de um processo desafiador de identificação e ativação de recursos pelos atores. Por meio da especificação é viável a reconfiguração e adaptação das estruturas econômicas industriais, executadas de forma utilitarista, ainda que a produção baseada em bens e serviços territoriais seja indissociável ao escoamento destes produtos no mercado (Pecqueur, 2005).

As referidas estratégias compõem o que Desconsi (2022) coloca como progresso na fundamentação dos procedimentos que atribuem aos atores sociais a centralidade nos processos de desenvolvimento territorial enquanto construção social, os quais outrora tinham suas ações limitadas à planejamento e decisões demandadas por agentes exógenos ao território em questão. Este processo se dá, também, através da formação destes atores enquanto agentes de desenvolvimento, sendo essa uma etapa importante da organização de uma CBST (Desconsi, 2022).

A centralidade supracitada mobiliza alianças, coalizões e sistemas de governança configurados pelos acordos entre os atores sociais, o que na perspectiva da formação destes agentes é compatível com a descentralização do poder público nas decisões competentes aos atores, e ao aumento da participação destes na formulação, na estruturação e execução de projetos e programas da iniciativa pública (Desconsi, 2022). Neste sentido, Desconsi (2022, p. 246) afirma que:

[...] as experiências associaram a participação dos atores territoriais no planejamento dos territórios, ou seja, no processo de elaboração, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas ou projetos como um processo de aprendizado capaz de contribuir para ampliação das competências e habilidades dos mesmos.

O processo de formação dos agentes de desenvolvimento tem como um de seus enfoques iniciativas formativas fundamentadas na governança territorial, o qual é direcionado à abordagem da CBST (Desconsi, 2022), considerando que sua fundamentação teórica está ligada ao processo de identificação, especificação e à ativação de recursos territoriais (Pecqueur, 2001; Cazella *et al.*, 2020). Isto porque

serão estes atores, necessariamente - por deterem o conhecimento sobre seus territórios – que irão identificar os recursos, organizando e gerindo estes por meios de modos de governança que sejam condizentes com o DTS.

Este processo formativo pode se dar através de duas abordagens: uma delas está relacionada com a sensibilização para que possam ser revelados os recursos territoriais, em outras palavras, o reconhecimento que os moradores atribuem ao território enquanto processo pedagógico que necessita de uma ampliação da capacidade reflexiva sobre os recursos. A segunda relaciona-se com a capacidade dos atores em conceber, fortalecer e gerir mecanismos de governança que valorizem os produtos e serviços de qualidade territorial (Desconsi, 2022).

É inviável e insuficiente apenas realizar a associação de um recurso a um território para se obter resultados ligados ao desenvolvimento territorial. Sem ferramentas de governança e sem políticas públicas voltadas aos atores sociais, os recursos são insuficientes uma vez que “Ele não produz necessariamente um território e o território não se limita aos recursos” (Cazella *et al.*, 2022, p. 14).

Ainda sobre governança territorial, Denardin (2020) e Hirczak *et al.*, (2022) afirmam tratar-se da capacidade de articulação de atores das esferas tanto pública quanto privada, com o objetivo de solucionar problemáticas em comum, possibilitando uma participação ativa e representativa nas tomadas de decisão destes atores ao promover o desenvolvimento no seu território. Desta forma, o sistema de governança territorial é um dos pilares que sustentam o enfoque das CBST (Turnes *et al.*, 2022). Na ausência de governança e da articulação dos atores, ocorre o que Desconsi (2022, p. 246) descreve: “Observa-se que não é o enfoque que perde relevância, mas, sem ou com menos protagonismo dos atores nas políticas públicas, ele perde força e capacidade de orientar as ações dos atores territoriais”.

No que compete ao inventário de recursos territoriais, na perspectiva do enfoque da CBST, à luz de Desconsi (2022), a sua valorização está frontalmente ligada ao reconhecimento e construção social atribuídos aos mesmos, por parte dos atores. Nesta direção, o processo de realização do inventário destes recursos bem como de diagnóstico destes, compõem as ferramentas metodológicas e estratégicas que fundamentam o planejamento da articulação e mobilização dos atores territoriais endogenamente, sendo que iniciativas exógenas ao território devem se ater ao apoio formativo, fomentando a capacidade e a sensibilidade dos agentes territoriais ao efetivar o inventário. Isto é, mesmo que o levantamento seja feito com o apoio de

alguma universidade ou pesquisador, por exemplo, esta contribuição não deve diretamente explicitar ou apontar quais produtos ou serviços devem ser considerados recursos, independente da caracterização de genérico ou específico. Desta forma, o enfoque da CBST reforça a importância do protagonismo das pessoas que compõem o território, sem colocar estes atores como incapazes ou alheios às características do mundo externo a seus territórios (Desconsi, 2022).

Ainda assim, a colaboração de agentes exógenos no mapeamento de potenciais recursos e possíveis ativos territoriais se faz importante, pois ocasionalmente este reconhecimento é mais perceptível por atores externos, sem desconsiderar o pressuposto de que “[...] a especificação e valorização de qualquer recurso exige um reconhecimento pelos próprios atores” (Desconsi, 2022, p. 248).

2.3 A CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS COMO POTENCIALIZADORA DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

O turismo consolidou-se através dos anos como uma das principais ferramentas sociais geradoras de empregos e recursos financeiros ao redor do mundo (Beni, 2001; Bursztyn, 2013). Contudo, não são recentes as discussões acerca dos ônus causados local e regionalmente por fluxos massificados e desordenados de turistas (Zaoual, 2008; Bursztyn, 2012a).

Neste contexto, a proposta do TBC é concebida e baseada em princípios oportunos ao turismo sustentável, ao protagonismo e valorização de comunidades locais juntamente de sua diversidade e especificidades (Brasil, 2010; Bursztyn, 2012a). É um turismo organizado pela comunidade, muitas vezes com auxílio e parcerias de organizações externas para alcançar visitantes que estejam interessados em conhecer modos de vida, participar de vivências culturais ou roteiros para conhecer a natureza, com acompanhamento de pessoas das comunidades (Sampaio; Zamignan, 2012).

Os estudos acerca do modelo de gestão que chamamos de Turismo de Base Comunitária, tem apresentado crescimento (Bursztyn, 2012). Esta dinâmica de avanço é condizente com o processo de popularização da atividade, a qual vem ganhando espaço nas duas últimas décadas (Ferreira, 2014).

No contexto da cesta de bens e serviços territoriais como estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, a governança territorial estabelece uma

relação dialética com a gestão interorganizacional dos recursos territoriais dentro da CBST a partir de estratégias conjuntas de comercialização entre diferentes agentes territoriais. Modelos econômicos alternativos como a economia social e solidária (que contemplam a pluralidade e dinamicidade dos territórios) necessitam de um planejamento, governança e também de uma gestão que sejam capazes evitar que estas configurações venham a sucumbir a planos econômicos utilitaristas transpostos e impostos. Segundo Sperb e Serva (2018, p. 95) “Para construção de uma economia plural também são necessários mecanismos democráticos que oportunizem a participação dos cidadãos; a governança do território pela população.” Neste sentido, o DTS apresenta relação direta com a dinâmica plural dos sistemas econômicos não utilitaristas, valorizando aspectos intangíveis dos territórios e suas populações, tais como cultura, crenças, costumes e identidade, “[...] tendo o DTS como conceito maior balizador de tais temas no setor de turismo” (Sperb; Serva, 2018 p. 94).

O turismo, assim como outras iniciativas econômicas, também é passível de gerar prejuízos de naturezas sociais e ambientais, como consequência da configuração capitalista de uma economia de mercado. Entretanto, existem modalidades que focam na pluralidade e nas especificidades dos territórios (recursos territoriais específicos que têm potencial de compor as CBST), abrindo espaço para o que Ferreira (2014, p. 362) classifica como “desenvolvimento diferenciado”, e que principalmente após a década de 90 tem como diretrizes norteadoras a intenção de contemplar aspectos inerentes às práticas sustentáveis tanto ligadas à esfera ambiental, quanto social. A autora afirma ainda que, mesmo com a ampliação da visibilidade relacionada ao TBC como atividade ligada ao DTS, o que se observa, de um modo geral, é o pouco rendimento com relação à geração de emprego e renda (Ferreira, 2014). Contudo, segundo Betti (2014, p. 57) o uso turístico em Unidades de Conservação – à exemplo das comunidades que fazem parte das Rede Anfitriões - como meio de desenvolvimento local, apresenta-se não só como uma “tendência mundial”, mas sim como uma opção viável sobretudo para territórios expostos a fragilidades sociais, através de uma operacionalização moderada, que não visa a acumulação, mas sim o bem estar da população local juntamente de aqui suas práticas culturais. Uma vez que o planejamento dessas ações seja conservação do meio ambiente e dos costumes tradicionais, este vai em um caminho oposto ao *modus operandi* do turismo massificado.

Em consonância com esta afirmação, Grimm *et al.* (2017) afirmam que a dinâmica relacionada à iniciativa privada deixa um espaço a ser preenchido que não é alcançado pelas movimentações do grande capital ligadas à atividade turística, concebendo assim a necessidade de existir uma alternativa ao referido turismo de massa, com outros princípios e objetivos. Por exemplo: o TBC não consiste em uma atividade econômica que possibilita que um pescador artesanal de determinada comunidade deixe para trás o seu ofício que é passado de geração em geração, com o intuito substituir a sua principal atividade econômica (a pesca), mas sim possibilitar a geração de uma renda de qualidade territorial protagonizada pelos próprios atores que compõem estes territórios ao mesmo passo em que seus costumes, e o meio ambiente no qual estes estão inseridos são não apenas reconhecidos, mas também valorizados, e “[...] que pode ser capaz de colaborar com a redução da pobreza em conformidade aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas” (GRIMM *et al.*, 2017, p. 154).

O estudo de caso precursor que levou à concepção do enfoque da CBST se deu em *Baronnies*, região sul da França, ainda na década de 1990 (Cazella *et al.*, 2020). O território se encontrava à margem da modernização relacionada à produção agrícola, e conseqüentemente da economia. Porém, este cenário começa a ser superado quando na década de 1980 ocorre um crescimento e valorização do turismo na região, que contava com um número pouco expressivo de habitantes nas zonas rurais, mas com atributos territoriais favoráveis, tais quais atmosfera bucólica, belas paisagens, tranquilidade e proximidade com fauna e flora robustas.

Nestas condições, em *Baronnies*, é produzido o azeite de oliva de *Nyons*, o qual se apresenta como um produto tradicional, o qual viabiliza a promoção de outros produtos e serviços, à exemplo de opções de roteiros, hospedagens e experiências relacionadas ao turismo rural, óleos essenciais e vinhos produzidos localmente, compondo assim uma oferta ancorada nas especificidades do território, ou seja, uma cesta de bens e serviços territoriais. Esta dialética entre os produtos e serviços possibilitou a criação de uma cooperativa que conduziu a referida oferta, e articulou avanços no sentido de prestação de serviços ligados à atividade turística local, juntamente com os moradores (Cazella *et al.*, 2020).

Turnes *et al.* (2022) afirmam que nestes 20 anos seguintes da criação do enfoque da CBST, houve uma evolução no sentido teórico-metodológico aplicado nos estudos de caso acerca do tema realizados tanto na França, país em que fora

concebido o conceito (Pecqueur, 2001), quanto em outros países, sendo um destes o Brasil. Para tanto, Cazella *et al.* (2019; 2020) sustentam que existe um processo de adaptação para que as reflexões e ações pudessem contemplar a diversidade de contextos e as especificidades sociais do país.

A exemplo, cita-se o caso da Serra Catarinense, composta por seis municípios do estado de Santa Catarina (São Joaquim, Urupema, Bom Retiro, Rio Rufino, Urubici e Bom Jardim) onde habitam cerca de 54 mil habitantes, 43% destes em zonas rurais e inseridos na produção agropecuária. Se comparada a outras regiões do estado, o território em questão apresenta índices socioeconômicos baixos, porém, detém uma oferta de produtos de qualidade territorial expressiva (Cazella *et al.*, 2022b).

Os principais produtos de qualidade territorial da região são o queijo artesanal serrano, o qual leva leite cru na produção, que é retirado das vacas criadas nos campos serranos, o que remete ao tropeirismo no século XVIII, estando relacionado também com período histórico que formou o território da Serra Catarinense. O queijo é produzido artesanalmente e em quantidades pequenas pelos agricultores familiares locais, com uma procura constante por consumidores. Podendo ser qualificado como um notório exemplo de ativo territorial de caráter específico (Cazella *et al.*, 2022b).

Um produto que também tem uma forte ligação com a Serra Catarinense é a maçã, sendo São Joaquim o município com maior concentração de produção da fruta. Sendo da qualidade gala e fuji, detém reconhecimento pela sua qualidade superior se comparada às cultivadas em outras regiões brasileiras. As condições geográficas e climáticas da região (altitude elevada e clima frio) contribuem para que isso aconteça (Cazella *et al.*, 2022b).

Assim como a maçã fuji da Serra Catarinense, mas com a presença mais recente na região, a produção do vinho de altitude também é beneficiada pelas condições geográficas e climáticas serranas, o que retarda o amadurecimento das uvas, resultando em um fruto de coloração mais escura, e em um produto de maior qualidade. Isto se estabelece como um diferencial comparado a outros produtos semelhantes no que diz respeito à qualidade, o que é reconhecido mundialmente por consumidores e apreciadores de vinho (Cazella *et al.*, 2019).

Ainda segundo o autor, outro produto produzido na região e que também detém aspectos específicos ligados à Serra Catarinense é o mel de melato, produzido pelas abelhas usando como matéria prima não o néctar das flores, mas sim o melato, um líquido doce produzido por um inseto chamado cochonilha, a partir da seiva da

bracatinga (*mimosa scabrella*), árvore característica de regiões frias, nativa do sul do Brasil. Desta forma, o mel de melato é de uma qualidade incomum, apresentando uma menor quantidade de glicose em sua composição, além de não cristalizar, e ter uma coloração mais escura, além de conter em sua composição a presença de micronutrientes. De acordo com Cazella *et al.* (2019) por conta de suas características, o produto era desvalorizado tanto pelos consumidores quanto por seus produtores. Contudo, justamente por conta dessas características (cor mais escura e gosto ligeiramente mais amargo) o mel de melato despertou o interesse de importadores alemães, os quais passaram a adquirir quase toda a produção da serra catarinense, chegando a escoar até 95% do que é produzido. Ademais, a região da Serra Catarinense também apresenta uma paisagem muito agradável, com uma robusta vegetação nativa, formação morfológica, grande diversidade de fauna e flora, e marcada por longos períodos de clima frio, os quais podem durar por até seis meses ao ano, características que fazem com que a região atraia muitos turistas.

Os atributos territoriais, juntamente de características favoráveis ao turismo, fazem da região um potencial para compor uma CBST, já que o fluxo turístico influencia em partes na demanda dos clientes pelos produtos de qualidade territorial existentes no território (Cazella *et al.*, 2019).

Conforme descreve Lauermann *et al.* (2022), outro exemplo relacionado a CBST ocorre na Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina (AMEOSC), composta por 19 municípios, tendo estes bastante influência da agricultura familiar (AF) e das agroindústrias familiares (AGFs), as quais tem uma produção reconhecidamente diferenciada e ligada à tradição, saber fazer, características culturais e históricas do território, distinguindo-se assim das agroindústrias convencionais de grande porte, o que também está relacionado com a imagem intrínseca percebida pelos consumidores. Há uma quantidade expressiva da aquisição de produtos vindos das AGFs da região, por perceberem que o seu processo de produção¹⁶ garante uma qualidade que diferencia estes dos produtos oriundos da agroindústria de maior porte.

¹⁶ São produzidos pela AMEOSC: Lácteos, carnes e processados, mel, peixes, ovos, derivados da cana, doces, geléias, conservas, farinha, pães, bolachas, cucas, massas, sucos, vinhos, cervejas e cachaça (Lauermann *et al.*, 2022, p. 162)

A região do extremo oeste catarinense é conhecida pela produção de sementes crioulas, derivados de cana, lácteos, embutidos, conservas e cerveja artesanal (Lauermann *et al.*, 2022). Ainda segundo os autores, os produtos listados, juntamente aos serviços turísticos oferecidos, são tidos como potencialidades para compor uma cesta.

É possível identificar exemplos de articulações de CBST também em outras regiões do Brasil, como o caso da Cooperativa Mista da Floresta Nacional dos Tapajós (Coomflona), que fica no Oeste do estado do Pará e que abrange os municípios de Aveiro, Belterra, Placas e Rurópolis. Na região em questão encontram-se iniciativas imbricadas na conservação da biodiversidade e do desenvolvimento socioeconômico tais como produtos relacionados à floresta, artesanato local e Turismo de Base Comunitária como manejo sustentável (Medeiros *et al.*, 2022). A Flona do Tapajós foi criada em 1974, e detém uma notável diversidade sociocultural através de 26 comunidades tradicionais, dentre essas, três indígenas, da etnia Munduruku, de forma que a Coomflona representa um vínculo firme entre ecossistemas amazônicos e suas representações culturais. Esta relação mostra que por parte dos atores que compõem a cooperativa há uma ruptura nos padrões produtivistas, fator que evidencia uma influência positiva na tomada de decisões, sobretudo no que diz respeito à exploração dos recursos oriundos do comércio madeireiro, principal produto da cooperativa. Os ativos territoriais mobilizados pelos membros da cooperativa em torno da produção madeireira segundo Medeiros *et al.*, (2022, p. 16 são: “[...] madeira de diferentes categorias, móveis, biojóias, artesanato de couro vegetal, licores e produtos alimentares, trilhas e acolhimento de ecoturistas - são dotados de qualidade, identidade e especificidade territorial correlacionados às práticas de produção”.

Conforme visto nesta seção, o TBC constitui uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, que valoriza o meio ambiente, a cultura e o protagonismo dos atores sociais que compõem determinados espaços geográficos. Neste sentido, o enfoque CBST é concebido em um contexto desfavorável à produção agrícola de larga escala. Neste contexto, inicia-se um processo de atribuição dos bens e serviços produzidos na região, valorizando às características ambientais e culturais do território. Uma vez que as realidades sociais do Brasil são severamente distintas do país de concepção do enfoque das CBST, a partir da adaptação da aplicação teórico-metodológica ao contexto brasileiro, também

seria possível que estas premissas atuassem de forma positiva na geração de emprego e renda.

O Estudo de Caso proposto nesta pesquisa, apresenta o recorte territorial na região do litoral paranaense, o qual além de especificidades ambientais e culturais, também está exposto à dinâmica de sazonalidade, a qual altera os fluxos de consumidores de produtos e serviços durante o período de alta e baixa temporada. Assim, estes exemplos empíricos podem vir a colaborar com a estruturação de uma estratégia que possa beneficiar os atores que compõem o caso adotado para este estudo. Os pilares conceituais que sustentam o enfoque da CBST, que valorizam os atributos territoriais, dialogam com a proposta do TBC e podem contribuir para a geração de trabalho e renda nos territórios.

3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Com relação à metodologia acionada para sustentar os alicerces deste estudo, definiu-se tratar de uma pesquisa de caráter exploratório, através de um Estudo de Caso acerca dos temas centrais desta investigação. Os procedimentos técnicos utilizados foram a realização de uma pesquisa bibliográfica, seguida de uma pesquisa de campo de abordagem qualitativa, realizada através de entrevistas com roteiro pré-definido, estruturado a partir da fundamentação teórico-metodológica e dos objetivos geral e específicos estabelecidos nesta pesquisa.

Para a revisão bibliográfica, foram pesquisados artigos com a temática central definida como “Turismo de Base Comunitária e Desenvolvimento Territorial Sustentável” publicados a partir de 2010. Ademais, sobre o enfoque da CBST, outro conceito fundamental para a presente pesquisa, além da revisão teórica fora realizada uma busca por estudos de caso em que a abordagem vem sendo acionada no Brasil e em outros países, a fim de obter-se uma melhor compreensão sobre o tema e suas aplicações práticas.

As palavras chaves usadas nas buscas foram: turismo de base comunitária, unidades de conservação, desenvolvimento territorial, territórios tradicionais, comunidades tradicionais, cesta de bens e serviços territoriais e desenvolvimento territorial sustentável.

Ao utilizar os operadores booleanos com o objetivo de refinar as buscas específicas em base de dados científicas, e juntamente das palavras chaves estabelecidas, foi possível realizar uma busca específica, alinhada com os objetivos do estudo. Desta forma, com o retorno obtido e a partir da leitura e interpretação dos conteúdos, foi estruturada e escrita a revisão bibliográfica que compôs este estudo.

Pesquisas qualitativas têm relevância em estudos de relações sociais, como causa da pluralização de contextos e realidades. Flick (2009) afirma que os processos de transformação social fazem com que os pesquisadores da área, cada vez mais se deparem com novas perspectivas sociais, e as pesquisas estas demandam, considerando fatores como localidade, temporalidade e a situação, ou contexto que está sendo investigado. Para o autor, são novos quadros que apresentam distinção dos objetos de pesquisa, fazendo-se necessária uma ótica sensível aplicada em determinados fatores, mais do que métodos de testagem. Ao mesmo tempo em que é indissociável à fundamentação teórica. Flick (2009, p. 20) aponta que: “A pesquisa

qualitativa é de particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas de vida".

Por sua vez, o método do Estudo de Caso é amplamente utilizado em pesquisas relacionadas à sociologia e estudos organizacionais e gerenciais (Yin, 2001), os quais contemplam a linha de aplicação da presente proposta de pesquisa. A metodologia compreende o aprofundamento nos aspectos relacionados ao objeto de pesquisa investigado, de forma que seja possível alcançar um conhecimento e domínio pleno e detalhado do mesmo (Gil, 2002). Trata-se de uma investigação empírica, que busca aprofundar-se em fenômenos reais, sobretudo em situações em que o caso e o contexto onde este está aplicado não estão evidenciados (Yin, 2001).

No que se refere à estratégia de pesquisa, o Estudo de Caso evidencia-se como um bom condutor metodológico quando a proposta incita indagações de “como” e “por que” relacionados à contextos da contemporaneidade (Yin, 2001). Segundo Gil (2009), este método científico é frequentemente utilizado nos seguintes desígnios:

a) explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos; b) descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação; e c) explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos. (Gil, 2009, p. 58)

Estudos de caso também são comumente aplicados em pesquisas de caráter qualitativo (Duarte, 2002). Segundo Duarte (2002), estudos dessa natureza necessitam, na maioria das vezes, da realização de entrevistas, sendo primordiais os critérios adotados para que sejam selecionados os participantes, uma vez que esta etapa tem influência na relevância e coesão das informações captadas, as quais passarão pela etapa analítica, a qual será baseada no método de análise de conteúdo.

Segundo Bardin (2016), nos relatos discursivos existe um sentido que não está em evidência, mas sim por detrás das conotações simbólicas ou polissêmicas deste discurso, e que para a realização de pesquisas precisam necessariamente ser e organizados e revelados para que sejam interpretados, constituindo assim uma etapa fundamental de qualquer estudo. Trata-se de um conjunto de técnicas que atuam juntas, mas também dissociadas sendo estas:

Uma função heurística: a análise de conteúdo enriquece a tentativa exploratória, aumenta a propensão para a descoberta. É a análise de conteúdo “para ver o que dá” e a função de administração da prova. Hipóteses sob a forma de questões ou de afirmações provisórias, servindo de diretrizes, apelaram para o método de análise sistemática para serem verificadas no sentido da confirmação ou de uma informação. É a “análise de conteúdo para servir de prova”. (Bardin, 2016, p. 36).

A autora descreve desta forma, um método empírico, que se aplica a partir dos objetivos de interpretação e também da fala que compõe o discurso. Assim, ao acionar o aporte teórico-metodológico competente à análise de discurso, é mobilizado um conjunto de aplicações executadas de maneira adaptável às finalidades e objetivos finais de determinado estudo, conforme afirma Bardin (2013, p. 33): “Para cada um dos casos e para muitos outros, as ciências humanas facultam um instrumento: a análise de conteúdo das comunicações.”

O processo de análise e interpretação das informações se deu através de três etapas fundamentais para a realização de uma Análise de Conteúdo estabelecidas por Bardin, sendo estas: “1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação”. (Bardin, 2016, p. 135). Nesta direção, ao final do período dedicado à fundamentação, e posteriormente da pesquisa realizada em campo, fora iniciada a etapa de pré-análise das informações coletadas. Segundo Bardin (2016), é neste momento que os dados qualitativos se tornam operacionais, possibilitando que estes sejam sistematizados, e sequentemente analisados. Neste caso, após a transcrição dos relatos, sintetização dos mesmos, e da categorização dos dados captados, foi possível visualizar as respostas demandadas pelos objetivos tanto geral quanto específicos, bem como os aspectos competentes à fundamentação teórica que alicerça esta pesquisa.

Para que fosse possível a análise das informações de acordo com a metodologia acionada no estudo, na segunda etapa do processo de análise os relatos coletados nas entrevistas realizadas em campo foram divididos e categorizados. Para Bardin (2016), a categorização de dados qualitativos é um processo estrutural, no qual a classificação, diferenciação e reagrupamento dos dados a partir de critérios pré-estabelecidos podem distinguir-se em duas etapas: “a) o inventário: isolar os elementos; b) a classificação: repartir os elementos e, portanto, procurar impor certa organização às mensagens.”, viabilizando assim, uma interpretação dos dados brutos sintetizados (Bardin, 2016, p. 148). Por fim, na terceira etapa foi possível inferir os resultados, chegando à sua interpretação e entendimento.

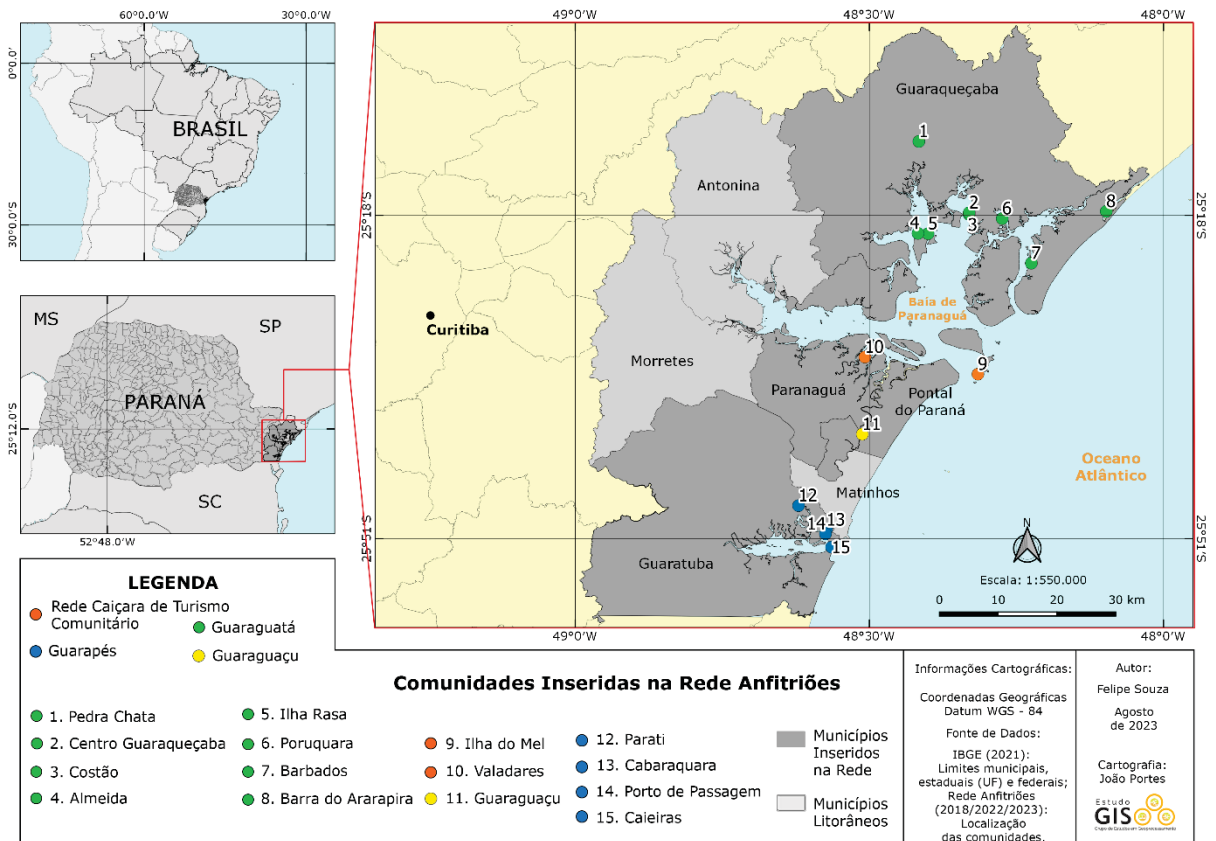
3.1 A REDE DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA ANFITRIÕES DO LITORAL DO PARANÁ

A Rede Anfitriões do Litoral foi concebida com o apoio de um projeto de extensão promovido pela UFPR Setor Litoral, e coordenado pela professora Beatriz Cabral, intitulado “Turismo de Base Comunitária como Ferramenta Social para o Litoral do Paraná”. O referido projeto teve como principal aspecto em sua proposta a valorização do território, da biodiversidade, das paisagens, da cultura, dos modos de vida e do conhecimento das comunidades tradicionais do litoral paranaense, associando essas características com geração de emprego e renda com o turismo, não só por quem já trabalhava diretamente com a atividade nas comunidades, mas também para agricultores, pescadores, cozinheiros, barqueiros, beneficiadores de pescados e artesãos. As ações extensionistas realizadas pelo projeto viabilizaram o aperfeiçoamento das habilidades dos agentes receptivos, incorporados ao projeto como “anfitriões” do Turismo de Base Comunitária na região, através de cursos de extensão, de atividades formativas e de aperfeiçoamento (com foco na gestão, na receptividade, primeiros socorros, atendimento ao público e marketing) oficinas, encontros e debates realizado de maneira itinerante juntamente dos moradores dos municípios de Guaratuba, Guaraqueçaba, Pontal do Paraná e Paranaguá. Uma parcela desses conhecimentos não fazia, até então, parte das habilidades dos anfitriões, ou eram incipientes. Estes atores puderam assim se apropriar dessas técnicas para aperfeiçoar suas práticas e otimizar seu atendimento ao público que procura por experiências ligadas ao Turismo de Base Comunitária. As referidas atividades aconteceram em espaços variados como escolas, casas de moradores das comunidades, salões de igreja, praças, baía, manguezais e em pontos turísticos. O papel da universidade e do projeto foi organizar os cursos de extensão, os encontros, as atividades de aperfeiçoamento, mediar a estruturação dos roteiros e identificação dos serviços a serem oferecidos ao público, além de fornecer suporte na organização interna dos grupos e nas ações relacionadas à divulgação das experiências. Após a conclusão dos processos formativos por parte dos anfitriões, é fundada a Rede de Turismo de Base Comunitária Anfitriões do Litoral, com o objetivo de concentrar os roteiros dos 4 municípios inseridos dentro da rede em uma proposta só, além de dinamizar as mobilizações internas dos grupos e as ações de marketing, apresentando o slogan “Conheça o litoral do Paraná com quem vive aqui!”. Neste

momento fora atribuído a estes atores sociais o termo anfitriões, o qual serve de nomenclatura para os moradores das comunidades tradicionais dos quatro municípios do litoral do paraná enquanto agentes receptivos, sendo que um dos objetivos do curso fornecido foi direcionado para que as anfitriãs e anfitriões se reconhecessem com tais, dentro de seus respectivos coletivos e comunidades.

O recorte espacial adotado neste estudo se dá nos quatro municípios em que a Rede Anfitriões do Litoral atua, sendo que os locais de pesquisa são caracterizados a partir dos três grupos de TBC da rede, por ordem de ano de início das atividades, ficando assim dispostos: a) Rede Caiçara de Turismo Comunitário no município de Paranaguá, considerado um Pólo portuário na região (IPARDES, 2022) mas que abriga muita cultura tradicional em diversas ilhas e comunidades tradicionais, incluindo a Ilha do Mel; b) Grupo Guarapés em Guaratuba, extremo sul da região, e c) Grupo Guaragua   em Guaraqueçaba, que fica na região norte do litoral paranaense, fazendo divisa com a região litorânea do sul do estado de São Paulo. Há ainda uma anfitriã residente na comunidade do Guaraguaçu, município de Pontal do Paraná, que não está inserida em nenhum dos três grupos citados, mas compõe o quadro de anfitriões da rede. Isto se deu pelo fato de que a anfitriã do Guaraguaçu foi incorporada à proposta após o início das atividades da rede. Ademais, os roteiros e serviços de TBC atribuídos à Rede Caiçara de Turismo Comunitário - que geograficamente estaria mais próxima de Pontal Paraná e do Guaraguaçu - concentrarem-se apenas em Paranaguá e na Ilha do Mel, conforme indica a Figura 1:

Figura 1: MAPA DAS COMUNIDADES INSERIDAS NA REDE ANFITRIÕES



Fonte: Souza e Portes (2023)

3.1.1 A Rede Caiçara de Turismo Comunitário

Constituída em 2013, a Rede Caiçara de Turismo Comunitário é a iniciativa atuante há mais tempo dentre os grupos da Rede Anfitriões. A atuação deste grupo compreende a Ilha dos Valadares, e a Ilha do Mel. O símbolo do grupo traz elementos que compõem as tradições dos povos caiçaras: a rabeca do fandango caiçara, o peixe tão importante para estes povos, o pescador artesanal, e também o sol (Cabral *et al.*, 2020) conforme ilustra a figura 2:

Figura 2: LOGO DA REDE CAIÇARA DE TURISMO COMUNITÁRIO



Fonte: Acervo Rede Anfitriões (2018)

Paranaguá é um município de perfil portuário que está localizado a 91 quilômetros da capital do estado e segundo Damas e Brambatti (2019) é uma das mais antigas áreas de ocupação do período de ação dos colonizadores do Brasil, tendo o tombamento estadual do seu Centro Histórico na década de 1990, e sequentemente o federal, em 2009; da Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres, na Ilha do Mel, e também o registro do Fandango Caiçara pelo Instituto Nacional de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (Damas; Brambatti, 2022).

É o município com o maior número de moradores da região litorânea do estado, tendo uma população estimada de 145.829 (IBGE, 2022). Além das áreas urbanas, onde também se localiza o centro histórico, Paranaguá abriga em sua baía diversas ilhas onde residem comunidades tradicionais, apresentando grande potencial turístico, sobretudo na Ilha do Mel (PDITS-LP, 2012). A cultura característica do território é mantida através de festividades religiosas, a exemplo da Festa do Divino, e do Fandango Caiçara (Damas; Brambatti, 2019). Um exemplo de roteiro oferecido pela Rede Caiçara de Turismo Comunitário é a visita à associação Mandicuera, onde os visitantes têm a oportunidade de comer barreado preparado tradicionalmente, e também de conhecer mais sobre o Fandango Caiçara, sobre a dança, e sobre a construção de instrumentos desta manifestação cultural típica caiçara, como mostra a figura 3:

Figura 3: GRUPO VISITANDO A ASSOCIAÇÃO MANDICUERA



Fonte: Ytalo Augusto (2019)

No caso deste grupo, as atividades turísticas relacionadas ao TBC acontecem na Ilha dos Valadares e na Ilha do Mel. A Ilha dos Valadares é o bairro mais populoso de Paranaguá, sendo ligada ao centro histórico do município por ponte, e também por *ferryboat*. Nas palavras de Santos (2019, p. 55) “A ilha possui seus próprios bairros, podendo ser vista enquanto uma cidade dentro de Paranaguá, tanto que conta com uma subprefeitura subordinada à administração municipal.”

Com relação à Ilha do Mel (que também pertence ao município de Paranaguá) o turismo de massa é predominante. Trata-se de um destino turístico insular¹⁷ tombado pelo IPHAN (Paraná, 1953), consolidado, e com grande procura tanto por brasileiros de todo o território nacional quanto por turistas de outros países (Telles; Gândara, 2012).

3.1.2 O Grupo Guarapés

Este grupo foi concebido no ano de 2016, em parceria com o projeto de extensão sobre TBC da UFPR Setor Litoral. Dentre os atrativos turísticos ofertados estão passeio pela baía de Guaratuba, pesca esportiva, contemplação da revoada dos Guarás, trilhas guiadas, visita à oficina de canoa caiçara, visita à casa de farinha e ao Salto do Parati, que é uma cachoeira de águas cristalinas. Há também a visita às

¹⁷ Entende-se por atividade turística insular o turismo realizado em ilhas (Souza; Filho, 2011).

áreas de cultivo de ostras, as quais são conhecidas pela qualidade e procedência. A logo do grupo é formado por elementos marcantes no município, como a presença do mar, representado pela cor azul, e do Guará, ave característica do litoral do Paraná conforme ilustra a figura 4:

Figura 4: LOGO DO GRUPO GUARAPÉS



Fonte: Acervo Rede Anfitriões (2018)

Guaratuba é um dos três municípios de uso balneário da região (IPARDES, 2022) que abriga uma das baías que compõem os complexos estuarinos do litoral (Bigarella, 1946) estando localizada a cerca de 120 quilômetros de Curitiba, e sendo o último município da planície costeira paranaense, antes do estado de Santa Catarina. Com uma população estimada em 42.062 habitantes (IBGE, 2022), Guaratuba está dentro da extensa APA (Área de Proteção Ambiental) de Guaratuba e também compreende parte do PARNA Guaricana e PARNA Saint Hilaire Lange (PDDI, 2001; Paraná, 2019). A exuberância cênica do município, sua baía de água doce, seus rios, suas cachoeiras, seus morros e o Oceano Atlântico, fazem a localidade deter grande potencial turístico, sobretudo no segmento de sol e praia (PDITS-LP, 2012). Como o fluxo turístico no município é severamente intensificado nos períodos de calor (alta temporada entre os meses de novembro a março), Guaratuba está exposta à dinâmica da sazonalidade anual (Sheuer; Bahl, 2011), a qual também influencia nos outros dois municípios balneários, Matinhos e Pontal do Paraná (PDITS-LP, 2012).

As demais opções de TBC oferecidas pelo grupo Guarapés ficam nas comunidades do Parati, Cabaraquara e Caieiras. As comunidades de Porto de

Passagem, Cabaraquara e Parati estão inseridas no Parque Nacional Saint Hilarie Langue, ficando a comunidade de Caieiras inseridas na Área de Proteção Ambiental de Guaratuba. Estas são pelo Oceano Atlântico, pela baía de Guaratuba, manguezais, cachoeiras de água cristalina e cercadas pelas montanhas da Serra da Prata. As principais atividades realizadas pelas comunidades em questão são a pesca artesanal, o cultivo de ostras, a agricultura e turismo. Especificamente na comunidade do Cabaraquara, o cultivo das ostras é um elemento principal na imagem turística associada à localidade, a qual apresenta o “Roteiro das Ostras”, opção gastronômica procurado por turistas durante todo período anual, sobretudo durante a alta temporada de verão (Nunes *et al.*, 2017).

3.1.3 O Grupo Guaraguatá

É o grupo participante da Rede Anfitriões criado há menos tempo, no ano de 2018, e é formado em sua maioria por mulheres. Os principais roteiros, produtos e serviços ligados ao TBC são passeios pela comunidade, gastronomia típica caiçara, trilhas guiadas, passeios na linda baía de Guaraqueçaba, vivências relacionadas aos modos de vida da população local como a pesca artesanal. Seu nome faz referência à espécie de bromélia conhecida popularmente por “guaraguatá”, abundante nos entornos do município, e também às águas da baía de Guaraqueçaba (Cabral *et al.*, 2020). A logomarca do coletivo faz referência a estes elementos (a bromélia e às águas da baía) conforme ilustra a figura 5:

Figura 5: LOGO DO GRUPO GUARAGUATÁ



Fonte: Acervo Rede Anfitriões (2018)

Com uma população local estimada em 7.430 habitantes (IBGE, 2022) e com uma área territorial 2.017.030Km² (IBGE), Guaraqueçaba possui a característica de ao mesmo tempo ser o município menos populoso da região, é o maior em termos de dimensões espaciais.

Situado no extremo norte da região, e fazendo divisa com o litoral sul de São Paulo pela comunidade da Barra do Arapira, o município é uma das localidades mais bem conservadas – no sentido ambiental e da biodiversidade – do Paraná. Contudo, detém os índices socioeconômicos dentre os mais negativos do estado (PDITS-LP, 2012; PARANÁ, 2019; IPARDES, 2022). Tem o seu território integralmente inserido em uma Área de Proteção Ambiental (APA de Guaraqueçaba) além de outras categorias de Unidades de Conservação como um Parque Nacional (PARNA do Superagui) e uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN Salto Morato), estando também inserida em áreas de Reserva Ecológica, Área de Interesse Ecológico e Áreas de Proteção Permanente (Camargo, 2015).

O município encontra-se no extremo norte do litoral paranaense, fazendo divisa com o estado de São Paulo. Também apresenta as características dos povos caiçaras, refletidas na cultura local (Betti, 2014; Betti; Denardin, 2019).

Dentre diversas opções de roteiros e serviços, o Grupo Guaraguatá oferece também uma visita guiada pela comunidade do Almeida, que fica na Ilha Rasa. A seguir, o registro de um grupo realizando o referido roteiro (FIGURA 6):

Figura 6: GRUPO DE VISITANTES REALIZANDO UMA VISITA GUIADA À COMUNIDADE DO ALMEIDA, NA ILHA RASA



Fonte: Serafilmes (2019)

Os roteiros e serviços oferecidos pelo Grupo Guaraguatá também acontecem nas comunidades de Pedra Chata, Poruquara, Costão, Sede, Almeida, Ilha Rasa, Barbados e Barra do Ararapira. No núcleo urbano de Guaraqueçaba (onde ficam as comunidades do Costão e Sede) é onde concentram-se as principais fontes de renda dos munícipes, sendo estas segundo Ferreira e Pontes (2022, p. 9) “[...] serviço público, empregos no comércio e rede de serviços voltados ao turismo (como serviços domésticos, construção civil, reparos, auxílio à pesca turística, pequenos comércios, hospedagem e alimentação)”. Já nas comunidades rurais (Pedra Chata, e Poruquara) a pesca artesanal e a agricultura são as atividades econômicas mais evidentes (Paraná, 2019). Com relação às comunidades de Almeida, Ilha Rasa, Barbados e Barra do Ararapira, a pesca artesanal é a atividade de mais destaque, sendo que a atividade turística (especificamente relacionada ao TBC) encontra-se presente em todas as comunidades citadas no município de Guaraqueçaba.

3.1.4 O Guaraguaçu

Assim, ainda segundo Stadler (2020) a comunidade tem sua concepção e elementos culturais característicos relacionados à pesca artesanal, à agricultura, aos grupos indígenas Guarani M'byà, além de migrantes vindos de Portugal e outros países. Na comunidade encontra-se o Sítio Arqueológico Sambaqui do Guaraguaçu, onde fica o maior sambaqui¹⁸ da região do litoral paranaense e o único tombado pelo Patrimônio Histórico Artístico no litoral do Paraná (Depiné, Oka Fiori, 2005), além de ser onde está situada a comunidade indígena Guarani M'byà. Outra característica presente na comunidade é a relação com a cambira (FIGURA 7). Trata-se de peixe seco e defumado, o qual fazia parte da base alimentar dos caiçaras que habitavam nesta região, juntamente da mandioca e da banana (Stadler, 2020).

Com relação à Pontal do Paraná, onde encontra-se a comunidade em questão, é o município mais recente da região, tendo sua emancipação e desmembramento do município de Paranaguá em 1995 (IPARDES, 2022). Com uma população de 30.425 habitantes (IBGE, 2022), é um dos três municípios de uso balneário do litoral paranaense, ficando a aproximadamente 100 quilômetros da capital Curitiba. O principal segmento do turismo presente no município é o de Sol e Praia, sobretudo na alta temporada de verão, período sazonal (PDITS-LP, 2019).

¹⁸ Grandes concentrações de detritos alimentícios, acumuladas ao longo dos anos por populações indígenas em locais onde viveram temporária ou permanentemente. Nestes locais eram depositadas conchas de moluscos, ostras, berbigões, restos de caça e pesca, e também ossadas humanas (Gernet; Birckolz, 2011) O sambaqui que fica onde hoje é o Guaraguaçu, foi feito pela comunidade Sambaquiba, que viveu na região há cerca de 4.200 anos (Stadler, 2020).

Figura 7: PRATOS PREPARADOS COM CAMBIRA NA COMUNIDADE DO GUARAGUAÇU



Fonte: Acervo do autor (2022).

3.2 COLETA DE DADOS

A coleta de dados desta pesquisa foi feita através da aplicação de entrevistas realizadas e conduzidas a partir de um roteiro pré-estruturado (APÊNDICE 1), em consonância com o referencial teórico acionado e com os objetivos elencados nesta pesquisa. Foram utilizados neste processo um gravador de áudio de um *smartphone*, além do auxílio do diário físico do pesquisador, e de um computador, para a transcrição e tabulação das informações colhidas.

Como citado anteriormente neste texto, a Rede Anfitriões do Litoral do Paraná conta com aproximadamente 17 anfitriões em atividade, os quais estão distribuídos entre os municípios de Guaratuba, Guaraqueçaba, Paranaguá e Pontal do Paraná, conforme elencado no quadro 2:

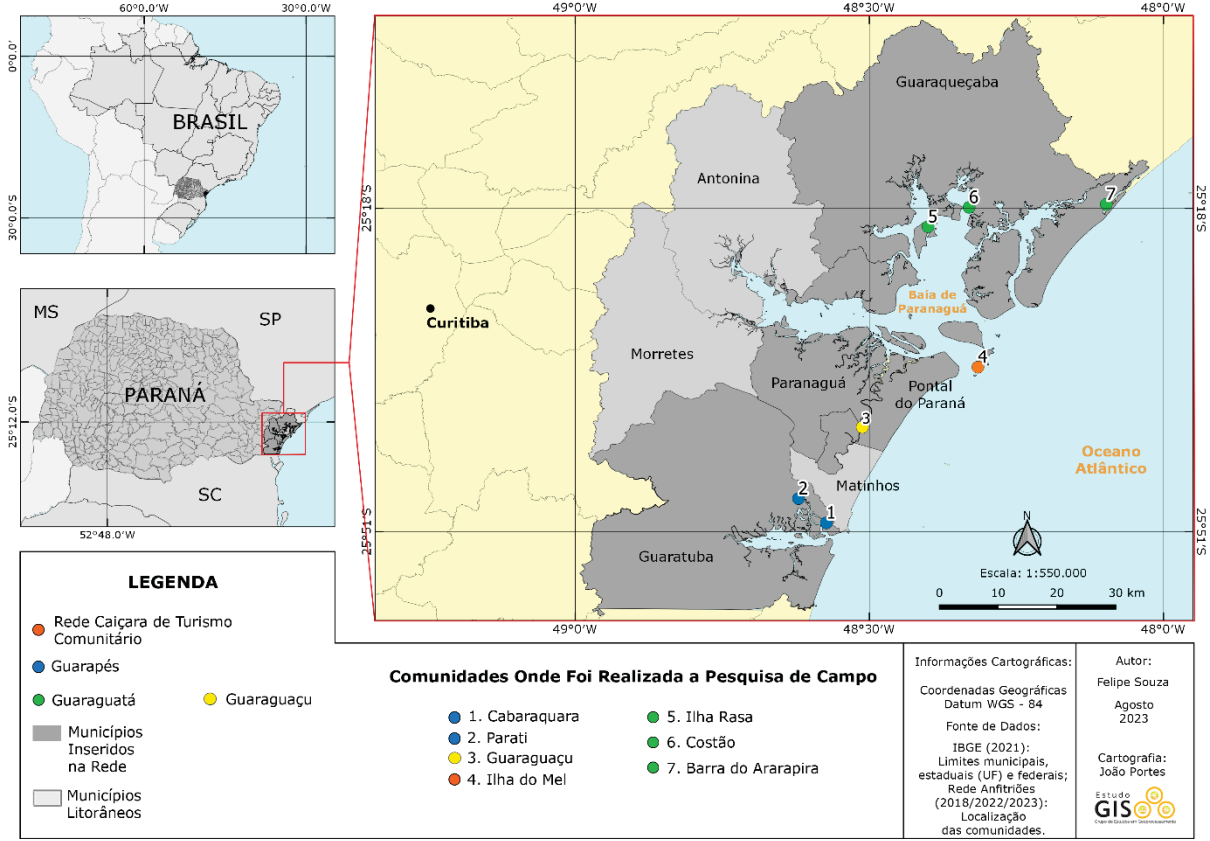
Quadro 2: ANFITRIÕES DA REDE EM SEUS RESPECTIVOS MUNICÍPIOS E COMUNIDADES

Município	Anfitrião	Comunidade
Guaraqueçaba	Joyce	Costão
	Dora	Almeida
	Nininho	Ilha Rasa
	Tatiane	Ilha Rasa
	Luciano	Poruquara
	Rosângela	Pedra Chata
	Rose	Barra do Ararapira
	Rosália	Barbados
Guaratuba	Gedivaldo	Parati
	Nelsinho	Parati
	Vanderlea	Cabaraquara
	Edgar	Caieiras
	Fabiano	Caieiras
	S. Aroldo	Porto de Passagem
Paranaguá	Ytalo	Ilha dos Valadares
	Amani	Encantadas (Ilha do Mel)
Pontal do Paraná	D. Conceição	Guaraguaçu

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Ao total, 10 dos 17 anfitriões foram convidados para participar das entrevistas. Os critérios para a definição de quais atores receberiam o convite foram: ser ao menos dois por grupo; estar há pelo menos um ano inserido para que tivessem uma opinião seguramente estabelecida sobre a rede; e ter participado do curso de extensão Anfitriões do Litoral do Paraná. Dos 10 que contemplavam esses pré-requisitos e receberam o convite, 7 aceitaram participar fornecendo seus relatos. Na figura 8, é possível observar em quais comunidades foram realizadas as entrevistas:

Figura 8: MAPA DAS COMUNIDADES ONDE FOI REALIZADA A PESQUISA DE CAMPO



Fonte: Souza e Portes (2023)

O roteiro das entrevistas foi dividido em quatro partes, a partir dos objetivos elencados na pesquisa, sendo estas: I – Relação com o território; II – Roteiros, produtos e serviços oferecidos; III – Relação com o TBC; e IV – Sazonalidade. Tendo as perguntas previamente definidas no referido roteiro, e dispostas a partir dos tópicos supracitados, os depoimentos fornecidos pelos anfitriões possibilitaram uma melhor compreensão acerca das atividades turísticas ligadas à proposta do TBC que cada um disponibiliza para comercialização em suas respectivas comunidades.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Nesta pesquisa, pretendeu-se alcançar por meio da realização das entrevistas em campo, um maior entendimento sobre os bens e serviços oferecidos pela Rede Anfitriões, através de informações sobre os roteiros, serviços e produtos disponibilizados ao público por cada entrevistado. Buscou-se compreender a relação dos anfitriões com o território onde vivem, considerando fatores históricos, pessoais, culturais e cotidianos dos entrevistados, bem como o tempo em que estes vivem nas suas respectivas localidades, se nasceram nas suas comunidades ou no litoral do Paraná, e se participam de algum tipo de associação ou grupos de moradores. Outro ponto que a pesquisa buscou identificar, foi como se dá a relação interna entre os anfitriões da rede nos quatro municípios onde atuam. Ademais, as entrevistas também buscaram aprofundar o entendimento a respeito da percepção dos anfitriões que oferecem bens e serviços ligados à proposta do TBC sobre o período sazonal de alta temporada de verão, que ocorre anualmente na região do litoral paranaense. Neste capítulo apresenta-se uma síntese dos principais pontos trazidos pelos sete anfitriões que aceitaram participar da investigação fornecendo seus relatos, atendendo ao objetivo específico “a” definido nesta pesquisa. Para que a identidade de cada colaborador seja preservada, será atribuída uma numeração de 1 até 7, quando houver referência aos entrevistados de acordo com seus depoimentos.

No município de Guaratuba, o participante 1 descreve que vive desde os sete anos em sua comunidade, e que atua em uma posição de liderança na associação de moradores locais. Segundo descreve, a sua participação na associação se dá através de mobilizações que tem o objetivo de captar recursos para os moradores locais como combustível para os barcos, por exemplo, além de organização de mutirões de limpeza, roçada e manutenção de trilhas. Este ponto vai na direção de Flores (2006, p. 36) que afirma que, o território “[...] se dá também pelos atores que o compõem, e que detém o interesse em comum de o preservar, valorizar e também proteger, além de exercer uma posição de identidade, pertencimento e domínio para com o território”, premissas que vão de encontro também com a base conceitual do Turismo de Base Comunitária (Irving, 2018; Burstyn, 2012).

Os roteiros do entrevistado 1 são todos relacionados às comunidades do Parati e do Cabaraquara, sendo três opções: A Trilha do Morro do Cabaraquara, a qual propicia uma ampla vista da baía, conforme ilustra a figura 9:

Figura 9: BAÍA DE GUARATUBA VISTA DO MORRO DO CABARAQUARA



Fonte: Serafilmes (2019)

Outra trilha que está entre os roteiros do anfitrião é a Trilha do Barreiro, a qual liga a comunidade do Cabaraquara ao Parati, em meio à mata e acompanhando a margem da baía, conforme exhibe a figura 10:

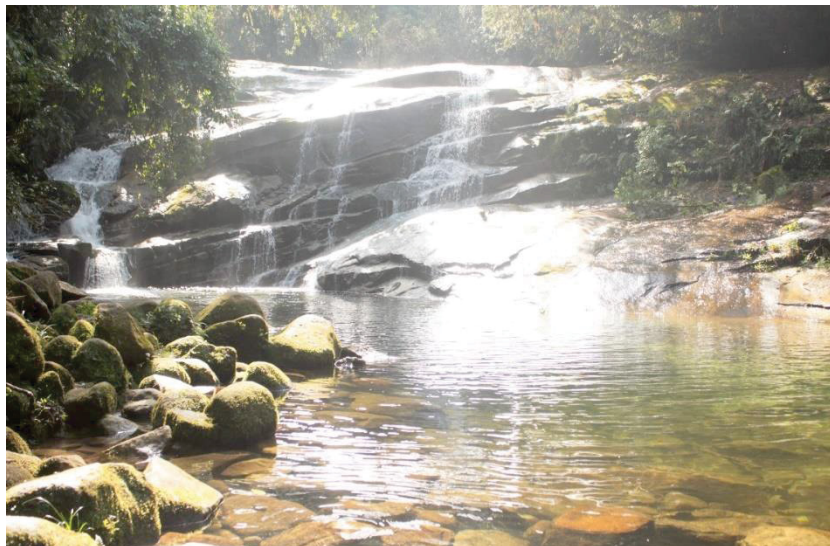
Figura 10: GRUPO DE VISITANTES INDO DA COMUNIDADE DO CABARAQUARA ATÉ A COMUNIDADE DO PARATI ATRAVÉS DA TRILHA DO BARREIRO



Fonte: Acervo Rede Anfitriões (2022)

O anfitrião oferece também a visita ao Salto do Parati (FIGURA 11), uma cachoeira localizada na comunidade, e que recebe muitos visitantes, sobretudo nos períodos de alta temporada de verão, e em dias temperaturas elevadas.

Figura 11: CACHOEIRA DO SALTO DO PARATI



Fonte: Acervo Rede Anfitriões (2021)

Nos roteiros estão inclusos o transporte de barco dos visitantes conforme o ponto de encontro marcado: em Guaratuba, mas para o lado da baía que faz divisa com Matinhos, ou o lado que faz divisa com o estado de Santa Catarina, até as comunidades do Cabaraquara e do Parati conforme indica a figura 12:

Figura 12 : VISITANTES SENDO TRANSPORTADOS APÓS REALIZAR UMA TRILHA GUIADA PELO ANFITRIÃO 1



Fonte: Acervo Rede Anfitriões (2020)

Durante o trajeto, o anfitrião fala sobre as características naturais presentes na região, como a Mata Atlântica, os mangues, a baía e a fauna e flora presentes. Há também a possibilidade de os visitantes irem por via terrestre até a comunidade, que fica no município de Guaratuba, fazendo divisa com Matinhos; serviço de guia local pelas trilhas e pelas comunidades; o almoço tanto no Parati quanto no Cabaraquara; e Retorno de barco com o grupo em local previamente combinado.

Com relação aos serviços, segundo o entrevistado, ele oferece: Transporte marítimo de visitantes para as comunidades do Cabaraquara e Parati (FIGURA 13):

Figura 13: PASSEIO DE BARCO DA COMUNIDADE DO CABARAQUARA À COMUNIDADE DO PARATI CONDUZIDO PELO ANFITRIÃO 1



Fonte: Acervo Rede Anfitriões (2022)

São disponibilizados também Passeios de barco pela baía de Guaratuba, e também para a contemplação do pôr do sol, conforme ilustram as figuras 14 e 15:

Figura 14: PASSEIO DE BARCO PELA BAÍA DE GUARATUBA CONDUZIDO PELO ANFITRIÃO 1



Fonte: Gedivaldo Amorim (2023)

Figura 15: PASSEIO DE BARCO PELA BAÍA DE GUARATUBA PARA A CONTEMPLAÇÃO DO PÔR DO SOL REALIZADO PELO ANFITRIÃO 1



Fonte: Gedivaldo Amorim (2023)

O anfitrião oferece também passeios de barco para o avistamento de Guarás (*Eudocimus ruber*), ave característica da região (FIGURA 16):

Figura 16 - REVOADA DE GUARÁS (*EUDOCIMUS RUBER*) REGISTRADA NA BAÍA DE GUARATUBA PELO ANFITRIÃO 1



Fonte: Gedivaldo Amorim (2023)

Ademais, o entrevistado número 1 oferece Passeios de barco para a realização de pesca esportiva na baía de Guaratuba (turismo náutico). No que diz respeito à alimentação, o anfitrião descreveu que no restaurante que fica na comunidade do Parati é oferecido pescados característicos da localidade, como o peixe parati - segundo o anfitrião em alguns períodos fica mais difícil de se capturar, mas afirma que tem o ano todo, a seguir, uma imagem (FIGURA 17) de uma refeição preparada para um grupo de visitantes recebido pelo anfitrião 1:

Figura 17 REFEIÇÃO PARA GRUPO DE VISITANTES NA COMUNIDADE DO PARATI



Fonte: Acervo Rede Anfitriões (2021)

Nos outros dois locais de alimentação parceiros do anfitrião, também são servidos peixes pescados pelos pescadores artesanais da comunidade, além de alimentos cultivados por moradores, como mandioca, inhame e hortaliças, a depender da época e do tempo de cultivo.

Sobre os produtos oferecidos, o anfitrião afirma que há mel produzido na comunidade e disponível para compra, farinha de mandioca artesanal produzida na comunidade do Parati, além das ostras cultivadas no Cabaraquara. Segundo os relatos do entrevistado, os visitantes se interessam por produtos que são produzidos na comunidade, assim como muitos pescadores o procuram para realizar a pesca esportiva, e frequentemente perguntam por ostras. O mexilhão cultivado na comunidade do Cabaraquara compõe um destino de turismo gastronômico consolidado na região, o que faz com que outras pessoas da comunidade obtenham ganhos monetários com o TBC, mesmo que indiretamente. O entrevistado demonstrou em seus relatos uma estreita relação com o território, juntamente de suas características naturais e culturais, as quais fazem parte de todos os roteiros e serviços oferecidos por ele, conforme descreve:

A comunidade tem belezas únicas! Quando as pessoas vêm nos visitar para conhecer o Salto do Parati, ver o Guará na natureza, e também conhecer a comunidade. Muita gente vem pelo passeio mesmo, para conhecer um lugar novo e se refrescar na cachoeira quando é tempo de verão. Mas muitas dessas pessoas também vem atrás do nosso jeito de viver, da nossa história. É isso que faz os nossos roteiros serem únicos

A participante de número 2, residente há trinta anos na comunidade do Cabaraquara, conduz a última casa de farinha de mandioca em um local onde haviam mais de doze produtoras, segundo a entrevistada. Ela descreve que oferece apenas um roteiro, que é a Visita ao Morro do Cabaraquara, no qual estão inclusos a visita à casa de farinha, a trilha guiada até o morro e alimentação em sua casa. Sobre os serviços que a anfitriã número 2 oferece, há o almoço com alguns alimentos colhidos na sua própria roça, como aipim, feijão, hortaliças, e cana, dependendo da época.

Ao visitar a sua casa de farinha, a anfitriã também apresenta a sua “roça” aos visitantes, que é onde ela retira o aipim para a produção da farinha, juntamente de

outros insumos que são para consumo próprio de sua família, e também para a preparação das refeições servidas aos visitantes, conforme ilustra a figura 18:

Figura 18: VISITANTE CONHECENDO ROÇADO DA ANFITRIÃ NÚMERO 2



Fonte: Acervo Rede Anfitriões (2019)

Ademais, a anfitriã oferece o sorvete de aipim, feito por ela de maneira artesanal. Ela percebe também que as pessoas que vêm visitar a comunidade, a sua casa e a casa de farinha procuram saber mais sobre a cultura caiçara e os seus modos de vida, a exemplo da produção de farinha, que é característica da comunidade

A anfitriã produz e comercializa a farinha há três gerações, segundo o relato da participante da pesquisa.

Ela descreve também que o único tipo de turismo que aparece para ela é o do TBC, diferentemente de Guaratuba e Pontal do Paraná com o turismo de sol e praia por exemplo, e que gosta muito de trabalhar com a proposta do TBC na comunidade, pois representa uma alternativa de renda com a qual ela não precisa parar de trabalhar na roça e na farinheira para oferecer roteiros ligados ao Turismo de Base Comunitária.

A anfitriã de número 3 nasceu em Guaraqueçaba, onde sua família vive desde a criação do município. Ela participa da Associação de Moradores e Pescadores Artesanais da comunidade do Costão, na posição de diretora. A participante descreveu em seus relatos, que após realizar os cursos de extensão dos projetos promovidos pela UFPR Setor Litoral, passou a ter um contato mais próximo do município de Guaraqueçaba como um todo, conforme indicado em sua fala:

O TBC tem o potencial para despertar orgulho, despertar que aquilo ali que eles estão servindo, aquela farinha de mandioca, aquele prato ali, aquela banana assada no fogão a lenha, é único! Aqui como tempo eu fui me envolvendo e eu acho que é isso né? Você tem um outro olhar. Eu nasci aqui, mas eu não conhecia Guaraqueçaba. Eu comecei a conhecer Guaraqueçaba por conta do TBC. Antes, você ia pra Ilha das Peças, para o Superagui e para o Salto Morato, e Guaraqueçaba é imensa!

O roteiro que ela oferece é o Roteiro das Ostras do Almeida, no qual ela e mais uma anfitriã do município buscam os visitantes no centro histórico de Guaraqueçaba de barco, e os levam para um passeio na baía até o mangue onde pescam os pescadores e pescadoras locais, para que seja vivenciada a captura do caranguejo e a retirada de ostras, conforme ilustra a figura 19:

Figura 19: VISITANTE COLHENDO MARISCOS COMO PARTE DO ROTEIRO OSTRAS DA ILHA RASA



Fonte: Joyce Mendes (2020)

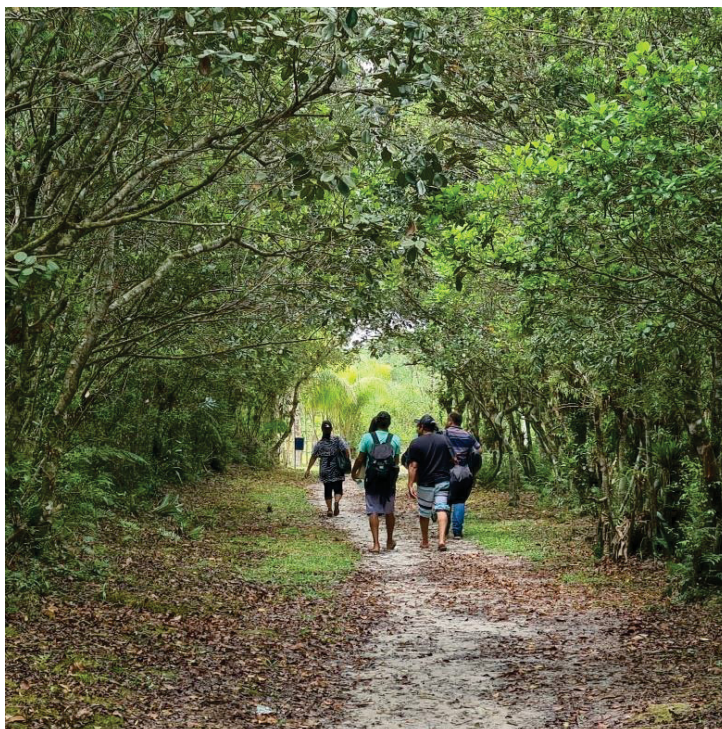
Depois que os visitantes retornam do passeio, a anfitriã número 3 os leva para a sua casa na comunidade do Almeida na Ilha Rasa para que preparem os frutos que foram capturados ou retirados do mangue, juntamente de uma refeição preparada também com outros pescados e insumos produzidos na comunidade, conforme destaca a participante:” *Lá na Ilha Rasa é tudo de lá! Peixe, camarão, ostra, caranguejo, é tudo de lá. Algumas coisas não dá pra plantar e não dá o ano todo. Mas o resto é tudo de lá.*”

Sobre os serviços oferecidos, são passeios de barco pela baía de Guaraqueçaba. Ademais, a anfitriã descreveu que também oferece visitas guiadas em ilhas do município; visita guiada à comunidade do Almeida, visita guiada na Ilha Rasa; alimentação e hospedagem.

O Anfitrião de número 4, reside no município de Guaraqueçaba e mora há trinta anos na comunidade da Ponta do Lanço. Durante três gestões, o mesmo foi presidente da Associação dos Pescadores Artesanais da Ilha Rasa.

Os roteiros que o entrevistado oferece juntamente de sua esposa, incluem visita à área de agrofloresta cultivada pelo entrevistado e pela sua esposa, onde os visitantes são oportunizados a aproximar-se da natureza, e também a saber mais sobre as técnicas de cultivo de frutas, verduras, legumes e hortaliças. O anfitrião em questão oferece também visita guiada à comunidade da Ponta do Lanço, conforme ilustra a figura 20, com um grupo de visitantes caminhando pelas trilhas da comunidade da Ponta do Lanço:

Figura 20 GRUPO DE VISITANTES EM UMA TRILHA DA COMUNIDADE DA PONTA DO LANÇO



Fonte: Acervo Rede Anfitriões (2022)

O anfitrião também oferece visitas ao mangue; visita ao local de cultivo de ostras; demonstração de retirada de ostras, mariscos e caranguejos e observação do Papagaio-de-Cara-Roxa (*Amazona brasiliensis*).

Com relação aos serviços oferecidos pelo anfitrião, o mesmo listou o passeio guiado pela comunidade; alimentação característica da região, com frutos do mar pescados pelo próprio anfitrião, ou comprados dos demais pescadores artesanais locais, compondo pratos característicos da região, e com insumos também relacionados com as características do território, conforme demonstrado pela figura 21:

Figura 21: REFEIÇÃO OFERECIDA AOS VISITANTES COM INSUMOS CARACTERÍSTICOS DE SUA COMUNIDADE



Fonte: Neliane Mendes (2022)

Nos seus relatos, o anfitrião destaca que os visitantes procuram por bens e serviços que apresentem características intrínsecas ao território, conforme descreve em sua fala:

[...] às vezes perguntam: você não sabe de alguém que tenha mel? Então a gente tem o rapaz que produz o mel. Tem também a farinha que a gente compra no Almeida [comunidade], e revende aqui. Muitos perguntam. O turista já vem ciente que as coisas são daqui mesmo. O suco natural é daqui também, que é o tucum, araçá, maracujá.

Ademais, o entrevistado descreveu que oferece também serviço de hospedagem na sua casa, em quartos compartilhados, além de também disponibilizar espaço para *camping*.

A entrevistada número 5, nasceu no litoral norte de São Paulo, e mora há trinta anos na Barra do Ararapira, município de Guaraqueçaba. Dentro da comunidade ela participa da Associação das Mulheres Produtoras de Cataia (AMPC)

A anfitriã oferece um roteiro dinâmico, que fica a cargo do visitante decidir quais serviços ele vai querer que componham o roteiro, adquirindo-os separadamente.

Sobre os serviços, a entrevistada descreve que oferece passeios guiados pela comunidade; passeios de barco pela baía de Guaraqueçaba, com o intuito da pesca, ou apenas contemplação incluindo o exuberante pôr do sol na Barra do Ararapira (FIGURA 22), conforme descreve a entrevistada.

Figura 22: PÔR DO SOL NA BAÍA DE GUARAQUEÇABA VISTO DA COMUNIDADE DA BARRA DO ARARAPIRA



Fonte: Acervo Rede Anfitriões (2021)

A hospedagem acontece na pousada da anfitriã, a Recanto do Ararapira, ilustrada na figura 23:

Figura 23: POUSADA RECANTO DO ARARAPIRA



Fonte: Acervo Rede Anfitriões (2021)

A alimentação também é oferecida com frutos do mar adquiridos dos pescadores artesanais da comunidade. A participante descreveu também, que os visitantes procuram pelo avistamento do Mico-Leão-da-Cara-Preta (*Leontopithecus caissara*).

Sobre os produtos disponibilizados estão a cataia, bebida típica da região e também a folha da cataia, que é disponibilizada em embalagem (Figura 24):

Figura 24: CATAIA (BEBIDA E FOLHAS EMBALADAS PARA O CONSUMO)



Fonte: Acervo Rede Anfitriões (2020)

Segundo a anfitriã, a cataia produzida na AMPC é bastante procurada, relatando que há visitantes que vem até a comunidade com o intuito principal de conhecer a associação e também de adquirir a cataia produzida ali. A folha é importante para a comunidade, sendo que além da bebida típica (folha de cataia curtida na cachaça) também a usam como ingrediente na sua alimentação, como no tempero do feijão, por exemplo.

O anfitrião número 6 nasceu no município de Paranaguá, e morou durante 35 anos na Ilha do Mel, trabalhando como dono de camping e guia local. Com relação aos roteiros oferecidos pelo entrevistado, trata-se de duas opções: o Saberes e Contemplação na Ilha do Mel, no qual ele realiza um passeio guiado pela comunidade de Encantadas, falando sobre as histórias e características naturais do lugar, e também o Caminhos da Tainha na Ilha do Mel, no qual o anfitrião leva os visitantes para conhecerem o acampamento dos pescadores na temporada da captura da tainha, na comunidade de Encantadas. A seguir, um registro (figura 29) do acampamento de pescadores na época da Tainha, no qual o anfitrião leva os visitantes para conhecer (FIGURA 25) e também do anfitrião realizando uma visita guiada a um grupo de visitantes no mar de fora, comunidade de Encantadas, Ilha do Mel (FIGURA 26):

Figura 25: ACAMPAMENTO DE PESCADORES DURANTE A ÉPOCA DE PESCA DA TAINHA NA COMUNIDADE DE ENCANTADAS, ILHA DO MEL



Fonte: Nilo Biazeto (2022)

Figura 26: ANFITRIÃO NÚMERO 6 REALIZANDO UMA VISITA GUIADA NO MAR DE FORA, COMUNIDADE DE ENCANTADAS, ILHA DO MEL



Fonte: Acervo Rede Anfitriões (2022)

A participante de número 7 habita a comunidade do Guaraguaçu desde que nasceu. Ela ocupa uma cadeira na secretaria de desenvolvimento na prefeitura de Pontal do Paraná, representando os povos Caiçaras. Além disso, a anfitriã é a presidente da Associação de Moradores do Guaraguaçu.

No roteiro oferecido pela colaboradora em questão, além de um passeio pela comunidade também está inclusa a refeição que relembra a gastronomia típica da região, sendo que o prato principal a cambira, produto tradicional da cultura dos povos caiçaras, conforme descreve a entrevistada: “[...] a cambira é de todos, mas cada um tem um jeito de fazer. Eu faço do jeito que era de antigamente, da minha mãe, dos meus avós.” A seguir, uma imagem (FIGURA 27) de uma refeição preparada pela anfitriã com base na gastronomia típica caiçara, incluindo a cambira, que é um dos principais produtos oferecidos pela anfitriã número 7:

Figura 27: REFEIÇÃO OFERECIDA PELA ANFITRIÃ NÚMERO 7



Fonte: Acervo do autor (2023)

A anfitriã oferece também o que chama de “Café Caiçara”, composto por bolos, pães caseiros, geleias, doces, e compotas, produzidos com insumos da região como mandioca e pupunha, por exemplo. Sobre o Café Caiçara, a entrevistada afirma:

[...] quando eu faço o café, eu quero que as pessoas encontrem o que elas imaginaram. Aí eu gosto de enfeitar com folhas de bananeira, e outras coisas que lembrem a cultura caiçara, a nossa cultura! Eu sinto que eles saem satisfeitos.

Os serviços oferecidos pela participante número 7 são: visitas guiadas pela comunidade, e alimentação típica da cultura caiçara, além de comercializar produtos como compotas de geleia, pimenta, conservas (FIGURA 28), e artesanatos produzidos pelas artesãs da comunidade do Guaraguaçu:

Figura 28: COMPOTAS DE GELEIA, PIMENTA E CONSERVAS PRODUZIDAS PELA ANFITRIÃ NÚMERO 7 COM INSUMOS CARACTERÍSTICOS DA COMUNIDADE



Fonte: Acervo do autor (2023)

Para que fosse possível a análise das informações de acordo com a metodologia acionada no estudo, os relatos coletados nas entrevistas realizadas em campo foram divididos e categorizados. Para Bardin (2016) a categorização de dados qualitativos é um processo estrutural, no qual a classificação, diferenciação e reagrupamento dos dados a partir de critérios pré-estabelecidos podem distinguir-se em duas etapas: “a) o inventário: isolar os elementos; b) a classificação: repartir os elementos e, portanto, procurar impor certa organização às mensagens.”, viabilizando assim, uma interpretação dos dados brutos sintetizados (Bardin, 2016, p. 148).

Os relatos coletados foram sintetizados a partir das três categorias pré-definidas, sendo estas: roteiros oferecidos, os serviços oferecidos e produtos oferecidos, conforme indica o quadro a seguir:

Quadro 3: ROTEIROS, SERVIÇOS E PRODUTOS OFERECIDOS PELOS ANFITRIÕES QUE PARTICIPARAM DAS ENTREVISTAS

Anfitrião	Roteiro	Serviço	Produto
1	Morro do Cabaraquara	Guia	Farinha de mandioca
	Trilha do Barreiro	Barqueiro	Mel
	Visita ao Salto do Parati	Alimentação	Ostras
2	Visita à casa de Farinha	Guia	Farinha de mandioca
	Trilha do Barreiro	Alimentação	
	Morro do Cabaraquara		
3	Roteiro das ostras da Ilha Rasa	Barqueira	
		Guia	
4	Visita à área de agrofloresta	Guia	Alimentação típica na comunidade
	Passeio pela Ponta do Lanço	Alimentação	
		hospedagem	
		barqueiro	
		<i>birdwatching</i>	
5		Guia	Cataia (bebida)
		Alimentação	Folha da cataia
		Hospedagem	
		Barqueiro	
6	Saberes e Contemplação	Guia	
	Caminhos da Tainha na Ilha do Mel		
7		Alimentação	Cambira
		Guia	Geleias/ pimentas/ conservas
			Artesanatos produzidos na comunidade

Fonte: Elaborado pelo autor com base na pesquisa (2023)

A partir da categorização dos dados, é possível constatar a predisposição dos roteiros, serviços e produtos oferecidos pelos anfitriões da rede enquanto recursos e ativos territoriais mobilizados, com o potencial de compor uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais.

Estas características podem ser observadas a partir dos relatos que os participantes da pesquisa de campo forneceram sobre os roteiros, serviços e produtos oferecidos. Segundo Desconsi (2022) e Cazella *et al.* (2020), o enfoque da CBST contempla ações de atores locais que compõem os territórios e que objetivam conceber uma oferta baseada em aspectos ligados à uma localidade, ao patrimônio natural e cultural, o saber-fazer, os costumes, os modos de vida, dentre outros atributos territoriais. A exemplo da fala da entrevistada número 2, ao descrever que o

processo da produção de farinha, que é um produto que detém um valor cultural ligado à sua família e a comunidade na qual reside:

Se você pegar a nossa farinha você irá ver a grande diferença. Quem está acostumado com a nossa farinha quando compra da outra já sente que não é igual. A nossa é feita no manual mesmo. Tem gente que coloca em uma máquina que descasca o aipim sozinho. Mas nós preferimos descascar no manual, porque assim dá pra tirar os olhinhos, uma sujeirinha que tenha. São quatro gerações já na família fazendo farinha.

Conforme descrevem Cazella *et al.*, (2022) as características atribuídas ao território do Extremo Oeste Catarinense fazem com que a região demonstre potencialidade para que seus ativos territoriais possam compor uma CBST, uma vez que o fluxo de visitantes cria uma demanda por produtos e serviços de qualidade territorial. Nesta direção, outro exemplo que dialoga com os aspectos teóricos da CBST é o relato do anfitrião número 4, no momento em que descreve a reação dos visitantes ao conhecer mais sobre os modos de vida que permeiam a cultura caiçara, como a pesca artesanal, conforme descreve o anfitrião:

[...] o peixe, o camarão, a ostra, o caranguejo, é tudo daqui! Até as verduras, dependendo do tempo e da época da colheita. A hora que eu tiro o caranguejo ali e ponho no prato aqui, levo no mangue lá e mostro pra eles como eu pego, eles vão pensar no tanto de sacrifício, e vão comer o caranguejo com mais gosto, valorizam!

Com relação à passagem de recursos para ativos territoriais, Pecqueur (2005, p. 16) descreve que:

O recurso ao se tornar ativo, é transformado pelo sistema de produção (para nós, sistema de normas) e muda de natureza, e no estágio da virtualidade, tudo pode potencialmente ser recurso, mas tudo não pode se tornar automaticamente um ativo, uma vez que as condições da metamorfose não estão no objeto/recurso, mas nas estratégias dos atores no bojo do processo de produção. (Pecqueur, 2005, p. 16)

Com base nessa premissa teórica, foi possível observar nos relatos da anfitriã de número 5, residente em Guaraqueçaba, o potencial de transição de uma categoria para outra quando ela descreve que, onde mora, a produção de cataia (bebida) preparação para a comercialização da folha sempre foram uma característica da comunidade, estando na condição de recurso territorial. Contudo, a partir do momento em que ela incorpora as visitas à AMAP nos seus atrativos turísticos, a cataia pode

passar a ser a ser um ativo territorial, se estiver de acordo com o conjunto de normas e critérios estabelecidos para a ativação de recursos., através do qual parte dos visitantes das comunidades ao conhecer mais sobre a planta e a bebida típica da região, acabam por realizar a compra tanto da folha quanto a bebida já pronta para o consumo, quanto também fazer a aquisição dos outros produtos e serviços ligados ao território os quais são oferecidos ao público pela anfitriã

Outro exemplo em potencial dessa transição foi identificado quando a entrevistada de número 2 explica que apesar de morar muito próxima ao Morro do Cabaraquara, nem ela nem a comunidade interpretavam esta característica morfológica do território como um atrativo turístico. Porém, após a realização do curso de extensão “Anfitriões do Litoral do Paraná” e da incorporação da trilha guiada ao cume do Morro, o atrativo passou a ser visto com mais importância não só pela anfitriã, mas também pela comunidade, os quais passaram a realizar ações de limpeza e de manutenção da trilha por onde os visitantes sobem e descem do morro. Explorar isso, articula natureza (paisagem) com produto, no caso a farinha de mandioca artesanal, e o serviço de alimentação oferecido pela anfitriã.

É possível identificar também uma semelhança entre os relatos dos entrevistados e alguns casos empíricos de mobilização das CBST. O exemplo pioneiro de *Baronnies* no qual a produção do azeite de oliva de *Nyons* é apresentado como produto principal, mas que promove outros bens e serviços tais como hospedagem, roteiros turísticos ligados ao segmento rural, e produtos derivados não só do azeite de oliva como óleos essenciais, mas também do território à exemplo do vinho que é produzido nesta localidade da região Sul da França, mobilizando assim uma oferta baseada nos atributos territoriais. Considerando a distinção de contextos, sobretudo existente entre países europeus e sul-americanos, é notável as características identificadas nas informações levantadas na pesquisa de campo, como por exemplo a relação com a cataia relatada pela entrevistada número 5, a qual participa da associação de mulheres que produzem a bebida na comunidade da Barra do Arapira (AMPC). A espécie de árvore que origina a folha (*Pimenta pseudocaryophyllus*) tem maior ocorrência na região norte do litoral paranaense, onde fica a Barra do Arapira, fazendo divisa com o litoral sul do estado de São Paulo. Sendo assim, tem uma relação estreita com o território, de forma que a AMPC é conhecida pela qualidade da produção da bebida, como descreve a entrevistada 5 em seu relato: “[...] tem gente que vem de longe atrás da cataia que é produzida aqui. Até acham em outros lugares,

inclusive do litoral de São Paulo, mas preferem vir comprar a cataia aqui da associação.”

A anfitriã recebe visitantes que procuram pela cataia e com o interesse em conhecer a sede da AMPC, e paralelamente oferece outros serviços tais como hospedagem, alimentação, passeios de barco e guia local. Pecqueur (2006b) destaca que a distinção entre um produto e outro, como uma cataia produzida na Barra do Ararapira ou em Curitiba capital do Paraná, por exemplo, não está em características biofísicas como a composição química das bebidas, mas sim na imagem atribuída à identidade, história e cultura dos territórios. Nesta direção, Pecqueur (2006b, p. 136) afirma que:

Os agentes produtivos sediados num dado território podem colocar em prática uma estratégia voltada para uma oferta ao mesmo tempo diversificada (integrando vários tipos de bens e serviços) e situada (vinculada a um espaço específico, à sua cultura e à sua história).

Sendo que, a articulação de uma oferta em torno de uma especificidade, ou atributo territorial e de produção, caracteriza a hipótese das CBST (Pecqueur, 2006).

Outro exemplo que ilustra este aspecto teórico é o da produção de maçã da qualidade gala Fuji, na Serra Catarinense, onde a qualidade dos alimentos é considerada superior à outras regiões do país pelo fato de que as condições geográficas e climáticas características da região contribuam com essa imagem (Cazella *et al.*, 2022b).

Assim como a maçã gala e Fuji da Serra Catarinense, no litoral do Paraná há o caminho das ostras, no Cabaraquara, município de Guaratuba. O cultivo de ostras na localidade tornou-se com o tempo um destino de turismo gastronômico consolidado, pois construiu-se uma imagem nesse sentido, sobretudo pelo fato das ostras ali produzidas já terem recebido certificação de qualidade e procedência. Neste sentido, o anfitrião de número 1 descreveu em seus relatos que por muitas vezes que recebeu os visitantes para pescar, estes alegaram terem sido motivados pela produção de ostra na comunidade, e pela oportunidade de ir de barco direto nos produtores locais do molusco, consumindo o alimento característico da região enquanto tem a oportunidade de praticar a pesca na baía de Guaratuba.

Com relação à sazonalidade, os entrevistados apresentaram relatos distintos, de acordo com o contexto e realidade de cada um. O anfitrião número 1 afirmou que

de dezembro a fevereiro é o período no qual obtêm maiores rendimentos com o turismo de base comunitária, sobretudo no mês de janeiro, que é quando o anfitrião afirma que até repassa passeios para outros amigos barqueiros, e que por vezes não é possível atender grupos que entram em contato por já ter atendimentos agendados, demandando organização de agenda que ocupa o mês de janeiro por completo. O roteiro mais procurado neste período de alta temporada é o do Salto do Parati, no qual os grupos são levados até a cachoeira de águas cristalinas presente na comunidade. O participante afirma que não há distinção entre trabalhar na alta temporada de verão, ou no inverno, da parte dele. Isto porque nos dois momentos, a realização dos roteiros oferecidos por ele é conveniente, conforme descreve: *“Por exemplo, no verão há mais possibilidades por estar calor, entrando na cachoeira por exemplo. Mas no inverno também é bem melhor para fazer as trilhas, e tem menos bichos”*.

A entrevistada número 2 afirmou que durante a baixa temporada, os roteiros dela acabam tendo mais procura, motivados pelo clima mais ameno, que propicia condições favoráveis à realização das trilhas.

Uma afirmação semelhante foi encontrada nos depoimentos da entrevistada número 3, que afirma ser preferível realizar os roteiros com as temperaturas um pouco mais baixas (fora das estações de calor) justamente por afirmar ser mais favorável e confortável para os visitantes:

[...] eu gostaria que tivesse mais procura na baixa temporada, no inverno, pois o céu fica lindo, pra fazer as trilhas é bem melhor, menos cansativo, menos bichos. Pra você fazer trilhas é melhor, no verão tem borrachudo, tem mutuca, tem pernilongo, tem porvinha. Pra quem tem alergia é muita coisa!

Já o entrevistado de número 3 afirma que pelo fato de a temporada de verão coincidir com o período anual da captura do caranguejo, ele acaba trabalhando menos com o TBC, por mais que a procura por parte dos turistas aumente na alta temporada. Neste sentido, o anfitrião relata:

[...] pra você entender, eu trabalho com o caranguejo no verão, então não tem como dar atenção aos visitantes. Aqui não anda sozinho, então a gente ainda tem esse medo porque o caranguejo é garantido. Por eu depender do caranguejo ainda não dá pra deixar de pegar.

A anfitriã número 7 afirma que os ganhos com TBC são maiores na baixa temporada do que na temporada de verão, que é quando as pessoas que vem até a comunidade procuram mais pelo turismo massificado de Sol e Praia.

Já a participante número 5 relata que no verão há uma elevação sutil nos seus rendimentos com TBC, mas que mesmo assim, não faz distinção de preferência entre a alta e a baixa temporada anual.

O anfitrião número 6 foi o único que apresentou um roteiro sazonal, isto é, acontece apenas em determinada época do ano, mais especificamente no período de pesca da tainha. O segundo roteiro oferecido por ele acontece o ano todo, mas que tem uma procura maior fora da alta temporada de verão, pois na Ilha do Mel, que onde os seus roteiros ocorrem, durante o verão o turismo de sol e praia é predominante.

Após a análise dos resultados, foi possível concluir que os roteiros, serviços e produtos oferecidos pelas anfitriãs e pelos anfitriões da rede tem potencial para compor uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais. Por mais que existam alguns ativos territoriais que se assemelham dentre as comunidades, como por exemplo o cultivo de ostras, a pesca artesanal, e atividades ligadas ao potencial cênico dos territórios, por mais que inseridas na mesma região, cada localidade tem suas características específicas, seja ela pela localização, ou pelo uso do município pela atividade turística massificada.

4.1 A Cesta De Bens E Serviços Territoriais É Uma Estratégia Viável Para A Rede Anfitriões Do Litoral (?)

O litoral do Paraná apresenta belezas únicas, tanto no sentido cênico quanto cultural. Com os resultados revelados pela análise dos relatos fornecidos pelos anfitriões em campo, foi possível vislumbrar a possibilidade de constituição de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais para dinamizar a oferta turística da Rede Anfitriões.

Ao refletir sobre os resultados da investigação feita em campo, foi possível o aprofundamento das informações sobre quais serviços ligados ao TBC os anfitriões oferecem e possuem potencial para compor uma CBST. Conforme descreve Pecqueur (2005), o enfoque das Cesta de Bens e Serviços Territoriais consiste em uma oferta ancorada em bens e serviços de qualidade territorial, a qual por sua vez é resultado de um processo de construção social pelos atores sociais do território. Nesta

direção, Cazella *et al.* (2009) afirmam que os atributos territoriais presentes na Serra Catarinense, juntamente de características favoráveis ao turismo, como belezas cênicas clima característico, e cultura, fazem com que essa região tenha potencial para compor uma CBST, uma vez que este fluxo turístico influi na procura do público consumidor por esses bens e serviços territorializados. Ainda segundo Pecqueur (2005), quando estes consumidores tomam conhecimento de um conjunto de serviços e produtos concebidos através da produção local, na qual está presente o seu contexto e atribuições como qualidade e especificidade e se interessam por estes bens e serviços, é quando são identificados elementos em potencial para compor uma cesta. Ademais, Lauremann *et al.*, (2022) enfatizam que as atribuições características do território, juntamente de aspectos que favoreçam a atividade turística como potencial cênico, produtos territorializados, clima específico e características culturais, por exemplo, também resultam em um contexto favorável à composição de uma CBST.

Neste sentido, com os resultados da pesquisa de campo e em diálogo com a fundamentação teórica e empírica desta pesquisa, foi possível identificar alguns roteiros, serviços e produtos com potencial para compor uma CBST, em consonância com o objetivo específico “b”, estabelecido no presente estudo. A seguir, uma síntese destes resultados elencados no quadro 4:

Quadro 4: ANFITRIÕES QUE OFERECEM ROTEIROS, SERVIÇOS E PRODUTOS TERRITORIALIZADOS COM POTENCIAL PARA COMPOR UMA CBST

Anfitrião	Comunidade/ Município	Descrição
5	Barra do Ararapira, Guaraqueçaba	A anfitriã em questão, mobiliza diversos serviços e produtos territorializados a partir da colheita e comercialização da cataia (folhas) e também a produção da bebida feita com estas folhas, sendo um produto típico da região.
1	Parati, Guaratuba	O anfitrião mobiliza seus roteiros e serviços a partir das características da sua comunidade, na qual há um grande potencial cênico e paisagístico (trilhas, cachoeira, e a baía de Guaratuba), além também haver relação com a comercialização de ostras em seus roteiros, uma vez que o cultivo e venda deste molusco faz parte dos atributos territoriais encontrados na localidade onde vive.
2	Cabaraquara, Guaratuba	A anfitriã produz farinha artesanal de mandioca (produto característico da região) e mobiliza seus serviços e roteiros em torno deste produto, como visita à casa de farinha, alimentação típica da região, e também trilhas e passeios pela sua comunidade.
4	Ilha Rasa, Guaraqueçaba	Os roteiros e serviços comercializados pelo anfitrião 5 são todos atrelados às características do território, e envolvem em sua totalidade a cultura e os modos de vida atribuídos aos povos caiçara, com alimentação típica, agricultura e pesca, além de também fornecer hospedagem em sua casa.
3	Almeida, Guaraqueçaba	A anfitriã oferece um roteiro ancorado nos atributos ligados à sua comunidade, como a paisagem, a pesca, e também a gastronomia característica, além de também oferecer a opção de hospedagem em sua casa.
7	Guaraguaçu, Pontal do Paraná	A anfitriã mobiliza o seu roteiro e produtos oferecidos a partir de características da comunidade na qual vive, e também da cultura local, com destaque para a cambira, produto característico do município de Pontal do Paraná, e também pela comercialização de outros produtos feitos com insumos encontrados na sua localidade como pães, compotas de geleia e conservas.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas entrevistas (2023)

Conforme descrito no quadro 4, a mobilização dos serviços oferecidos em volta do cultivo, da colheita e da produção da cataia na Barra do Ararapira, município de Guaraqueçaba descritas pela anfitriã número 5, apresenta potencial para compor uma CBST. Neste caso, a anfitriã participa da Associação das Mulheres Produtoras de Cataia, a qual comercializa tanto a folha da árvore quanto a bebida já curtida e pronta para o consumo. Em torno deste produto, a anfitriã mobiliza outros bens e serviços que estão ligados a ativos territoriais como a hospedagem na pousada da anfitriã, passeios de barco nos entornos da comunidade e alimentação baseada em

elementos típicos locais. Um exemplo prático de uma CBST neste caso, poderia ser composta pela cataia como produto principal. Ao querer saber mais sobre a produção da bebida típica, e até mesmo adquiri-la, o possível visitante poderia também adquirir produtos e serviços atrelados ao produto principal citado, como a hospedagem na pousada da anfitriã entrevistada, os passeios de barco pela baía de Guaraqueçaba, a visita guiada à comunidade e à Associação de Mulheres Produtoras de Cataia, além do serviço de alimentação característica do território.

Com relação aos demais entrevistados, é possível identificar outros produtos e serviços com potencial para compor uma CBST, como por exemplo a Comunidade do Parati, em Guaratuba. O entrevistado número 1, por exemplo, conta com procura pelos visitantes durante o ano todo, juntamente das ostras comercializadas na comunidade do Cabaraquara. Trata-se de um produto que é encontrado em outras localidades do território, mas que nesta comunidade em específico, a produção da referida ostra compõe um destino turístico gastronômico consolidado, com diversos produtores e restaurantes. Nas falas do entrevistado número 1, foi possível identificar que muitos visitantes que o procuram para contratar o serviço de pesca náutica, realizam o contato interessados em consumir as ostras do Cabaraquara, bem como em conhecer os locais de produção do molusco.

Outro produto que é característico do município de Guaratuba, na comunidade do Cabaraquara, é a farinha de mandioca. A anfitriã número 2, que é quem produz a farinha, desde a plantação, até o momento da “torra” e da comercialização do produto já embalado. Em outro exemplo prático de potencial para a composição de uma CBST, a anfitriã entrevistada demonstrou em seus relatos que mobiliza seus serviços e roteiros em torno deste produto territorializado, juntamente de características presentes na sua comunidade. Uma parte da sua produção de farinha é adquirida pelos visitantes em sua casa, para os quais a anfitriã também oferece guia de serviço local realizando trilhas guiadas na natureza (trilha do morro do Cabaraquara e trilha do barreiro), alimentação com características típicas dos povos caiçara, e também visitas à casa de farinha, onde estes visitantes além de terem a oportunidade de entender mais sobre o produto conhecendo as etapas de produção, também podem ter uma pequena demonstração de como é este processo, descascando a matéria prima, ou ajudando a torrar a farinha no “tacho”.

Um entrevistado que também deu indícios de potencialidade de serviços para compor uma CBST foi o colaborador de número 4, o qual juntamente de sua esposa

oferece roteiros e serviços com uma forte ligação à cultura local, manifestado nas vivências oferecidas aos visitantes na pesca artesanal, na agricultura e na alimentação, além de também oferecer opções de hospedagem em quarto compartilhado. Em um caso semelhante, a anfitriã número 3 (a qual mora em uma comunidade vizinha ao anfitrião 4) oferece um roteiro totalmente relacionado com a cultura, os costumes, os modos de vida dela e de sua família, através da pesca artesanal. Estas características se manifestam no seu roteiro (também ligado à pesca artesanal), além do serviço de alimentação oferecido pela anfitriã, à base de frutos do mar capturados por ela ou pelos outros pescadores artesanais da comunidade. Uma possibilidade de composição de uma CBST, seria o turista, ao conhecer e adquirir os roteiros e serviços oferecidos pelo anfitrião de número 4 em um dia, e os serviços turísticos oferecidos pela anfitriã 3 em outro. Mesmo que as comunidades sejam próximas uma da outra, e apresentem características semelhantes, são famílias, contextos e histórias distintos entre a anfitriã 3 e o anfitrião 4, de forma que se o visitante pudesse conhecer os dois anfitriões em uma oferta combinada de bens e serviços, a sua experiência na comunidade através do TBC seria potencializada.

A anfitriã número 7, tem os seus roteiros e serviços oferecidos relacionados com o contexto, a cultura e os costumes da do Guaraguaçu, comunidade onde vive. Ela oferece alimentação feita a partir da gastronomia caiçara, com ênfase para os pratos e quitutes preparados com a cambira, alimento ligado à história dos povos caiçara. A anfitriã em questão também oferece visita guiada pela comunidade, além da comercialização em seu espaço (que também onde fica sua casa) de artesanatos produzidos por outras moradoras locais, e também produtos feitos com insumos encontrados na sua localidade como pães, bolos, broas, compotas de geleia, de pimenta e de conservas.

De uma maneira geral, a maioria dos roteiros, serviços e produtos territorializados investigados na pesquisa apresentam indícios de possibilidades de composição de uma CBST. Alguns mais outros menos, à exemplo dos roteiros descritos pelo anfitrião 6, o qual por oferecer apenas a visita guiada, sem estar relacionada a nenhum outro serviço ou produto, e também por um dos seus dois roteiros ser sazonal (só é oferecido durante três meses ao ano, durante a temporada de pesca da tainha) apresenta um potencial menor para a mobilização de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais. Todavia, caso houvesse a articulação dos seus

serviços com outro ou outros anfitriões, fazendo parte de uma oferta combinada, possivelmente o seu potencial para compor uma CBST seria amplificado.

Todavia, anteriormente à mobilização destes bens e serviços territorializados dentro de uma CBST, a Rede Anfitriões precisa passar por algumas etapas. Os resultados obtidos também revelaram a carência de conexões entre os anfitriões para a coordenação entre os roteiros, serviços e produtos oferecidos nas comunidades. Nas entrevistas, todos os participantes indicaram o contato com os demais anfitriões que compõem a rede, mas que esta relação se restringe a conversas pontuais, trocas de experiência e indicações para possíveis visitantes, principalmente por meio do aplicativo de mensagens *WhatsApp*, ferramenta na qual os anfitriões além de comunicar-se individualmente, também tem um grupo que concentra todos os anfitriões de todas as comunidades inseridas na rede.

Ademais, se faz necessário destacar que a Rede Anfitriões do Litoral não funciona de fato como uma rede, na perspectiva teórica¹⁹. Isto é, na prática as anfitriãs e os anfitriões que compõem a Rede Anfitriões, atuam de maneira autônoma e independente, sem nenhum tipo de organização comunitária, oferta combinada ou ações promocionais coletivas. Apesar de nas entrevistas terem sido relatadas relações amistosas entre os anfitriões dos quatro municípios inseridos na rede, a comunicação, organização, governança e gestão comunitária da proposta é muito pouca ou quase nenhuma. Mesmo os anfitriões tendo passado pelo processo de aperfeiçoamento através do curso de extensão realizado pela UFPR Setor Litoral, a organização destes atores sociais que compõem o território do litoral paranaense ainda é incipiente. Estas características (pouca organização coletiva, e carência de conhecimento operacional relacionado do TBC) evidenciam que um trabalho de sensibilização e formação dos anfitriões acerca dos bens e serviços comercializados por eles é fundamental para uma possível mobilização de CBST enquanto estratégia para as ações comerciais da Rede Anfitriões. Ademais, é preciso que eles – os anfitriões – também se apropriem da proposta das cestas e assim possam decidir se isso é conveniente pra eles, bem como se estão dispostos a fazer a gestão, a

¹⁹ Segundo Moraes et al. (2017) as redes, principalmente após o século XX, podem ser estabelecidas como formas de organização social além de definirem relações e conexões entre indivíduos. Neste sentido, nas palavras de Castells (1999, p. 566) as redes representam estruturas sociais, as quais são: “[...] capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objetivos de desempenho).”

governança e a manutenção, conforme demandam os aportes teórico-metodológicos que fundamentam o enfoque das Cestas de Bens e Serviços Territoriais.

4.2 A Sazonalidade E Os Roteiros, Serviços E Produtos Oferecidos Ao Público Pelos Anfitriões

Sobre a relação entre sazonalidade e Turismo de Base Comunitária é comum agentes exógenos aos territórios - a exemplo deste pesquisador – pressuporem que a baixa temporada é um período improdutivo e de poucas possibilidades para moradores de territórios tradicionais expostos à dinâmica sazonal, como o litoral do Paraná. Contudo, os resultados descreveram que no caso de alguns anfitriões, mesmo que os ganhos com o TBC na alta temporada de verão aumentem (em algumas comunidades mais, em outras menos), por conta das condições climáticas alguns anfitriões não interpretem como negativa a comercialização de roteiros, serviços e produtos fora das estações mais quentes, ou que no período de verão, por estarem se dedicando à atividades sazonais como a pesca do caranguejo, por exemplo, não conseguem realizar os atendimentos aos visitantes neste período.

A partir da análise das informações fornecidas pelos entrevistados, e indo de encontro com a investigação demandada no objetivo específico “c” desta pesquisa, sobre TBC e sazonalidade, foi possível perceber que a baixa temporada não necessariamente representa um período desagradável ou pouco produtivo no sentido da comercialização dos roteiros, serviços e produtos ligados à proposta do Turismo de Base Comunitária pelos anfitriões. A mobilização de uma CBST poderia atuar de maneira positiva na comercialização desses bens e serviços não somente na baixa temporada de inverno, ou na alta temporada de verão, mas sim durante todos os períodos do ano, a depender da disponibilidade dos anfitriões. Isto porque, conforme apontaram os resultados qualitativos da pesquisa não são todos os atores participantes da que preferem trabalhar com o TBC na alta temporada, sendo que alguns inclusive indicaram preferir oferecer seus roteiros e serviços fora das estações de verão, nas quais as temperaturas estão menos quentes, e também há menos insetos nos ambientes naturais, o que faz com que a experiência dos visitantes seja mais agradável, sobretudo ao realizarem as trilhas na natureza e pelas comunidades, atividades essas que fazem parte dos roteiros oferecidos pelos anfitriões da rede.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os roteiros, serviços e produtos oferecidos pela Rede Anfitriões demonstram a possibilidade de mobilização de uma CBST. Como constatado após a análise dos resultados, os bens e serviços disponibilizados para a comercialização ao público por parte dos anfitriões estão ligados às características atribuídas ao território, sejam estas naturais como trilhas na natureza, passeios de barco ou observação de fauna nativa, ou culturais como gastronomia típica, visita à casa de farinha de mandioca e visita à associação produtora de cataia, por exemplo.

Foi possível concluir através dos resultados da pesquisa que os anfitriões não dialogam entre si nem nos seus respectivos grupos, nem externamente com os anfitriões e anfitriãs que compõem a rede. A relação que estes atores mantêm entre si é vaga e pouco expressiva, sendo que os mesmos relataram que se comunicam, por vezes, para realizar indicações para visitantes interessados em determinados roteiros nas comunidades. Ficando assim evidenciada a necessidade de ações formativas, uma vez que os preceitos teóricos da CBST apontam para a necessidade de haver uma oferta combinada e mobilizada pelos próprios atores do território.

Sobre a relação dos colaboradores da pesquisa com a dinâmica sazonal de alta temporada de verão e baixa temporada, à qual o território onde esta investigação foi realizada é anualmente exposto, foi constatado que mesmo que fora da temporada de verão o fluxo turístico na região seja expressivamente menor, os anfitriões não interpretam a baixa temporada como um período improdutivo e de poucas oportunidades para oferecer os roteiros e serviços ligados à proposta do TBC ao público. Isto porque, segundo os relatos fornecidos pelos entrevistados na pesquisa de campo, por mais que alguns dos participantes tenham afirmado que a procura por parte dos visitantes se intensifique durante a temporada de verão (sobretudo nos roteiros que incluem atividades na água como mergulho em cachoeiras ou nas baías de Guaratuba e Guaraqueçaba, por exemplo) alguns destes anfitriões preferem receber o público interessado em Turismo de Base Comunitária no período do ano em que as temperaturas estão mais baixas, e há menos insetos durante os períodos diurnos e noturnos diários. Desta forma, ainda segundo os depoimentos dos atores que compõem o objeto de estudo definido nesta investigação, a experiência durante a realização dos roteiros tende a ser mais agradável, principalmente nos quais estão incluídas trilhas na natureza de média e longa duração. Ademais, houveram também

relatos de anfitriões que preferem trabalhar com o TBC na baixa temporada porque durante a alta temporada de verão estão se dedicando a outras atividades remuneradas que ocorrem especificamente durante a alta temporada, à exemplo do período anual de pesca do caranguejo.

Em relação às contribuições teóricas alcançadas nesta pesquisa, os dados qualitativos coletados em campo e os resultados obtidos à respeito dos bens e serviços oferecidos pelos anfitriões, agregam informações às bases das teorias que fundamentam este trabalho, tanto sobre Turismo de Base Comunitária, quanto sobre o enfoque da Cesta de Bens e serviços territoriais, bem como aos exemplos empíricos de aplicações - ou possibilidades de aplicações - do enfoque da CBST enquanto estratégia de potencialização do TBC. A Rede Anfitriões do Litoral do Paraná representa um caso empírico ligado à proposta do TBC que oferece ao público bens e serviços que estão atrelados ao território, demonstrando potencial para a mobilização de uma CBST. Neste sentido, o trabalho aqui apresentado pode ser uma referência para outras iniciativas semelhantes à Rede Anfitriões, e para as quais o enfoque da CBST possa ser conveniente enquanto estratégia de fortalecimento das ações ligadas ao Turismo de Base Comunitária. Ademais, considerando as fragilidades socioambientais e socioculturais encontradas no contexto do litoral paranaense, o TBC pode ser interpretado como um modelo sustentável de desenvolvimento territorial, e o enfoque da CBST pode funcionar como potencializadora da proposta do Turismo de Base Comunitária. Desta forma este trabalho também contribui com a fundamentação de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável para o litoral do Paraná.

Sobre os limites da pesquisa, por se tratar de um objeto de estudo de composto por 17 atores, que estão distribuídos em quatro municípios, o tempo que havia disponível para a execução da pesquisa de campo juntamente da produção da dissertação dentro dos prazos estabelecidos no programa de pós graduação limitou o alcance do estudo. Isto porque durante o período dedicado às entrevistas, alguns dos atores convidados a fornecer seus relatos não tiveram disponibilidade para participar pois na ocasião estavam se dedicando às suas demandas cotidianas, ou resolvendo assuntos pessoais.

Para a prospecção de estudos futuros, em continuidade do tema aqui pesquisado, há campo para o aprofundamento da fundamentação para que Rede Anfitriões consiga colocar em prática a estratégia do enfoque da CBST, incluindo o

processo de formação e orientação dos anfitriões. Isto seria possível com um estudo mais amplo sobre os serviços roteiros e produtos territorializados oferecidos ao público para comercialização, juntamente da proposição de estratégias para que a mobilização da CBST, por parte dos anfitriões, pudesse se tornar uma realidade. Ademais, ainda pensando no sentido prospectivo desta pesquisa, seria conveniente para a fundamentação de uma possível Cesta de Bens e Serviços Territoriais dentro da Rede Anfitriões, realizar entrevistas junto com os turistas que praticam a modalidade do TBC, para que haja uma compreensão mais ampla de que maneira esta cesta pode ser mobilizada de forma a gerar resultados positivos não só para a Rede Anfitriões, mas também para qualquer outra iniciativa de Turismo de Base Comunitária para qual o enfoque da CBST possa ser útil.

A partir das vivências junto dos anfitriões, entende-se que é necessária a realização também um levantamento junto aos atores que compõem a Rede, para que seja possível um maior entendimento da disposição e vontade destes para mobilizar uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais. Isto é, se as anfitriãs e os anfitriões estariam realmente interessados em organizar, mobilizar, realizar a governança, a gestão e a organização desta estratégia. Para que a mobilização de uma CBST seja viável, é necessário, dentre outras ações, realizar um processo de formação dos anfitriões para que possam estar inteirados e apropriados da proposta, de suas características operacionais, bem como da sua gestão e governança. É possível identificar desta forma, a importância de ações externas tais como pesquisas científicas e ações realizadas por projetos de extensão universitária atuando como forma de apoio e assessoria a estes atores no momento de colocar estratégias de mobilização da oferta turística de base comunitária para estarem em atividade. Isto porque, mesmo que estas iniciativas de apoio possam fortalecer tanto os anfitriões da Rede, quanto demais agentes territoriais que queiram trabalhar com o TBC, a para tornar a CBST uma realidade, são indispensáveis o engajamento, a mobilização e a organização coletiva dos atores locais e seus bens e serviços territorializados.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Douglas Silveira - A Promoção do Turismo de Base Comunitária por Meio das Mídias Sociais: A Experiência do Quilombo do Campinho da Independência – Paraty (RJ) - **Dissertação de mestrado, UFRJ**. Rio de Janeiro RJ, 2013

BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. **Edições 70**. São Paulo-SP, 2016

BETTI, Patrícia. Turismo De Base Comunitária E Desenvolvimento Local Em Unidades De Conservação: Estudo De Caso Na Área De Proteção Ambiental De Guaraqueçaba E No Parque Nacional Do Superagüi, Guaraqueçaba - Paraná. **Dissertação de Mestrado, UFPR**. Curitiba-PR, 2014

BETTI, Patrícia.; DENARDIN, Valdir Frigo Turismo de base comunitária e desenvolvimento local em Unidades de Conservação: estudo de caso no Restaurante Ilha das Peças, Guaraqueçaba – PR. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro-RJ, 2019.

BIESEK, Ana Solange. Turismo De Base Comunitária E Desenvolvimento Territorial: Políticas E Práticas Em Foz Do Iguaçu E Região. **Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFPR**. Curitiba-PR, 2013.

BRASIL, **Ministério do Turismo** - Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária Desafio para a formulação de política pública. Brasília-DF, 2010.

BRASIL. Lei Federal Nº 9.279, de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Disponível em: [LEI Nº 9.279, DE 14 DE MAIO DE 1996](#): Acesso em mar. 2023

BURSZTIN, Ivan. - Desatando um nó na Rede: Sobre um Projeto de Facilitação do Comércio Direto de Turismo de Base Comunitária na Amazônia – **Tese de Doutorado** – Rio de Janeiro RJ, 2012a

BURSZTYN, Ivan; BARTHOLO, Roberto - O processo de comercialização do Turismo de Base Comunitária no Brasil: Desafios Potencialidades e Perspectivas – **Periódico revista Sustentabilidade em Debate** – Brasília, 2012

CABRAL, Beatriz Ferreira Leite. Possíveis Caminhos Para A Sustentabilidade Do Turismo No Litoral Do Paraná: O Caso Da Rede De Turismo De Base Comunitária “Anfitriões Do Litoral”. Litoral do Paraná: território e perspectivas - saberes locais, crise socioambiental e turismo, 1.ed. - **Brazil Publishing**. Curitiba-PR, 2020.

CARRIÈRE, Jean Paul; CAZELLA, Ademir Antônio. Abordagem Introdutória Ao Conceito De Desenvolvimento Territorial. **Eisforia**, ano 4, v. 4. 2006

CAPELLESSO, Adinor José; PAGLIOZA, Luíza Garlet; SLAVIERO, Andressa.; HEINECK, Ana Carolina Dal.; PERIN, Giliane. A Identificação E Ativação De Recursos Pelos Atores: As Sementes De Uma Cesta De Bens E Serviços Territoriais Em

Anchieta (SC). Dossiê: Desenvolvimento rural e a Cesta de Bens e Serviços Territoriais. **Revista Raízes**, v. 42, n. 1. Campina Grande-PB, 202

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. **Paz e Terra**. São Paulo-SP, 1999

CAZELLA, Ademir Antônio.; PAULA, Leandro Guimarães; MEDEIROS, M. TURNES, V. A. A Construção De Um Território De Desenvolvimento Rural: Recursos E Ativos Territoriais Específicos. **REDES**, v. 24, n. 3. Periódico. Santa Cruz do Sul-RS, 2019.

CAZELLA, Ademir Antônio MEDEIROS, Monique; DESCONSI, Cristiano.; SCHNEIDER, Sérgio; PAULA, Leandro Guimarães de Nunes. O enfoque da cesta de bens e serviços territoriais: fundamentos teóricos e aplicação no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. Taubaté, SP, 2020.

CAZELLA, Ademir Antônio; DORIGON, Clovis.; PECQUEUR, Bernard. Da Economia De Escala À Especificação De Recursos Territoriais Introdução Ao Dossiê "Desenvolvimento Rural E A Cesta De Bens E Serviços Territoriais". Dossiê: Desenvolvimento rural e a Cesta de Bens e Serviços Territoriais. **Revista Raízes**, v. 42, n. 1. Campina Grande-PB, 2022.

CAZELLA, Ademir Antônio MEDEIROS, Monique; DESCONSI, Cristiano.; SCHNEIDER, Sérgio; PAULA, Leandro Guimarães de Nunes. O enfoque da cesta de bens e serviços territoriais: fundamentos teóricos e aplicação no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. Taubaté, SP, 2020.

COBRA, Marcos. Administração de Marketing no Brasil – 3.ed. Rio de Janeiro: **Elsevier**: 2009.

COUTINHO, Gabriel Chagas Teodózio Prudêncio.; THOMAZ, Guilherme Mendes SAMPAIO, C. A.C. Turismo comunitário e internet: análise dos sites das experiências no Brasil. **Caderno Virtual de Turismo.**, v. 15 n.1. Rio de janeiro-RJ, 2013

DAMAS, Marcos Toneti; BRAMBATTI, Luiz Ernesto. Cultura e Turismo em Paranaguá, Paraná-Brasil: um histórico dessa interação entre 1950 e 2016. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, v. 38, p. 237-251, 7 fev. 2022.

DAMAS, Marcos Toneti; BRAMBATTI, Luiz. Ernesto. O Planejamento turístico sob o viés de planos e programas: O caso do destino turístico Paranaguá-PR. **Revista Libero Americana de Turismo**. V. 9, n. 2. 2019

DENARDIN, Valdir Frigo; Desenvolvimento Territorial E Estratégias De Valorização Da Origem De Bens Alimentares. In: Wilkinson, J.; Niederle, P. A.; Mascarenhas, G. C. O Sabor da origem. **Escritos do Brasil**. Porto Alegre-RS, 2016.

DENARDIN, Valdir Frigo.; ALVES, Cristiane. Lucy. Bezerra.; CAZELLA, Ademir Antônio; FETT JUNIOR, Ney.; LOPES, Paulo Rogério Abordagem territorial do desenvolvimento: dimensões naturais e contribuições para o diagnóstico e prospecção de cenários. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v.18, p. 61 - 83, 2021.

DEPINÉ, Patrícia; OKA FIORI, Chisato. Análise ambiental da área do sambaqui do Guaraguaçu, município de pontal do paraná, litoral do estado do paraná, brasil. **RAEGA O Espaço Geográfico em Análise**, n. 9, p. 107-122. Curitiba-PR, 2005.

DESCONSI, Cristiano. A formação de agentes de desenvolvimento no enfoque da cesta de bens e serviços territoriais. Dossiê: Desenvolvimento rural e a Cesta de Bens e Serviços Territoriais. **Revista Raízes**, v. 42, n. 1. Campina Grande-PB, 2022

DIEGUES, Antônio Carlos. Cultura e meio-ambiente na região estuarina de Iguape-Cananéia-Paranaguá. In: GRAMANI, Daniella; CORRÊA Joana, PIMENTEL, Alexandre (Orgs.). **Museu vivo do fandango**. Rio de Janeiro: Associação Cultural Caburé, 2006.

DOWBOR, Ladislau. A difícil transição para sociedades sustentáveis. P. 27-37. IN: SORRENTINO, M. *et al.* (Org.). Educação, agroecologia e bem viver: transição ambientalista para sociedades sustentáveis.: **MH-Ambiente Natural**, Piracicaba-SP 2017.

DUARTE, Rosália. Pesquisa Qualitativa: Reflexões Sobre O Trabalho De Campo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p. 139-154. Rio de Janeiro-RJ, 2002.

FERREIRA, Ana Caroline dos Santos; PONTES, Daniele Regina. Repercussões Socioambientais No Planejamento Urbano do Município De Guaraqueçaba (Pr): Olhares Decoloniais a Partir Da Visibilidade dos Territórios Caiçaras. **Anais XIX Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional ANPUR**. Blumenau-SC, 2022.

FERREIRA, Helena. Catão. Henriques. Turismo comunitário, tradicionalidade e reserva de desenvolvimento sustentável na defesa do território nativo: aventureiro-Ilha Grande/RJ. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. São Paulo-SP, 2014.

FLORES, Murilo. A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento – uma visão do estado da arte. **Territorios con identidad cultural**. 2006.

FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. **Artmed**. 3. ed. Porto Alegre-RS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: **Atlas**. São Paulo-SP 2002.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: **Atlas**, São Paulo-SP, 1999.

GIMENES, Maria Henrique Sperandio Garcia. O uso turístico das comidas tradicionais: algumas reflexões a partir do Barreado, prato típico do litoral paranaense (Brasil). **Turismo & Sociedade**. V. 2, n. 1, p. 8-24. Curitiba -PR, 2009.

GRIMM, Isabel Jurema; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; BETTI, Patrícia. Incubação de empreendimentos turísticos solidários para o desenvolvimento nas comunidades tradicionais em Guaraqueçaba (PR). **Revista Política e Planejamento Regional**, v. 4, n. 1, Rio de Janeiro-RJ, 2017

HIRCZAK, Maud; JANIN, Claude; LAPSTOLLE, Dany A Cesta De Bens E Serviços Territoriais Face à Transição: O Papel da Inteligência Coletiva Na Construção Da Qualidade Territorial. Dossiê: Desenvolvimento rural e a Cesta de Bens e Serviços Territoriais. **Revista Raízes**, v. 42, n. 1. Campina Grande-PB, 2022.

INSTITUTO AGEVAP. Elaboração do PMSB dos Municípios inseridos na Bacia do Rio Paraíba do Sul. Agência de Bacia. Resende-RJ, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (**IBGE**). Dados gerais do município de Guaratuba. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/guaratuba/panorama>> Acesso em 05 set, 2023

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (**IBGE**). Dados gerais do município de Paranaguá. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/paranagua>> Acesso em 5 set, 2023

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (**IBGE**). Dados gerais do município de Guaraqueçaba. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/guaraquecaba>> Acesso em 05 set, 2023

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (**IBGE**). Dados gerais do município de Pontal Do Paraná. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/pontal-do-parana/panorama>> Acesso em 05 set, 2023

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL **IPARDES (2008)**. Disponível em <<http://www.ipardes.gov.br/index.php>> : Acesso em jul. de 2022

INSTITUTO PÓLIS. Agendas de desenvolvimento sustentável: contribuições para a Baixada Santista e Litoral Norte de São Paulo. Coord.: Nelson Saule Jr. e outros **Instituto Pólis** São Paulo-SP, 2014.

KÖRÖSSY, Nathália. Do “turismo predatório” ao “turismo sustentável”: uma revisão sobre a origem e a consolidação do discurso da sustentabilidade na atividade turística. **Caderno Virtual de Desenvolvimento do Turismo**. 2008

KRIPPENDORF, Jost. Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: **Aleph**, 2003.

LAUREMANN, Daniele; CAPELESSO, Antônio José; GAZOLLA, Marcio O ENFOQUE DA CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS APLICADO À ANÁLISE DAS Agroindústrias Familiares E Suas Especificidades Alimentares No Extremo Oeste

Catarinense. Dossiê: Desenvolvimento rural e a Cesta de Bens e Serviços Territoriais. **Revista Raízes**, v. 42, n. 1. Campina Grande-PB, 2022.

MALDONADO, Carlos. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras. **Letra e Imagem**. Rio de Janeiro-RJ, 2009.

MINISTÉRIO DO TURISMO - Hábitos de consumo do turista brasileiro - **Instituto Vox Populi**, 2009

MIRETZKI, Marli; SEZERINO, Fernanda de Souza, MARQUES, Paulo Henrique Carneiro; TIEPOLO, Liliani Marília. Caracterização das unidades de paisagem da bacia hidrográfica do Rio Ribeirão, Mata Atlântica Costeira do Paraná: Apontamentos sobre o risco de antropização crônica no manancial de abastecimento público Litoral do Paraná: território e perspectivas - saberes locais, crise socioambiental e turismo, 1.ed. - **Brazil Publishing**. Curitiba-PR, 2020.

MORAE, Edilaine Albertino; IRVING, Marta Azevedo. Turismo de Base Comunitária - Entre Utopias e Caminhos Possíveis no Contexto Brasileiro. Disponível em IRVING, Marta Azevedo; AZEVEDO, Júlia; LIMA, Marcelo Augusto Gurgel. Turismo – Ressignificando sustentabilidade. **Folio: Letra e Imagem**. Rio de Janeiro-RJ, 2018

MORAES, Edilaine Albertino de. Turismo Comunitário na América Latina: Uma Estratégia em Rede. **Revista Turismo, Visão e Ação**, vol. 20, n.2. Itajaí-SC

MOTA, Keyla Cristina Nicolau Marketing turístico: promovendo uma atividade sazonal. **Atlas**. São Paulo-SP, 2001

NUNES, Camila Lopes; CHEMIN, Marcelo; ABRAHÃO, Cinthia Maria da Sena. O processo de gestão financeira nas empresas turísticas do Roteiro das Ostras do Cabaraquara (Guaratuba - Paraná - Brasil). **Revista Espacios**. Vol. 38 nº 24. Venezuela, 2017

OLIVEIRA, Abel Pojo; SANTOS, Barbara Ferreira Carmona; Turismo de Base Comunitária na Amazônia Legal brasileira: organização da atividade ou estratégia de marketing **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 12, n. 4. São Paulo-SP, 2019.

PARANÁ. **Lei Estadual** nº 1.211/1953 de 16 de setembro de 1953. Dispõe sobre o patrimônio histórico, artístico e natural do Estado do Paraná.

PARANÁ, Secretaria de Turismo. Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável: pólo turístico do litoral paranaense (PDITS LP). **FAUUEPG**. Ponta Grossa, 2019.

PECQUEUR, Bernard. A guinada territorial da economia global. **Eisforia**, ano 4, v. 4. 2006a.

PECQUEUR, Bernard. Qualidade e desenvolvimento territorial: a hipótese da cesta de bens e de serviços territorializados. **Eisforia**, ano 4, v. 4, dez. 2006b.

PIERRI, Naína; ANGULO, Rodolfo José Ângulo; SOUZA, Maria Cristina de KIM, Milena. A ocupação e o uso do solo no litoral paranaense: condicionantes, conflitos e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 13, p. 137-167, 2006.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; ALVES, Flávia Keller Arranjo Socioprodutivo de Base Comunitária (Apl.Com): Um Projeto Piloto Na Comunidade Do Entorno Da Microbacia Do Rio Sagrado (Morretes/Pr). **Organizações Rurais & Agroindustriais**. Lavras-MG, 2013

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; CORIOLANO, Luzia Neide Dialogando com experiências vivenciadas em Marraquech e America Latina para compreensão do turismo comunitário e solidário. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. V. 3, nº 01, p. 4-24, 2009.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; ZAMIGNAN, Gabriela. Estudo da demanda turística: experiência de turismo comunitário da microbacia do Rio Sagrado, Morretes (PR). **Revista de Cultura e Turismo**, v. 06, n. 1. Ilhéus-BA, 2012.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; PROCOPIUCK, Mario; GRIMM, Isabel Jurema; FREDER, Shirley Madri; SILVA, Francisca de Paula Santos; FIGUEIREDO, S. L.. Ecosocioeconomias urbanas: arranjos socioprodutivos, auto-gestão comunitária e desenvolvimento territorial sustentável. **Artigo científico. Novos Cadernos NAEA**, Belém-PA, 2018.

SAMPAIO, Carlos. Alberto Cioce; CORIOLANO, Luzia Neide Dialogando com experiências vivenciadas em Marraquech e America Latina para compreensão do turismo comunitário e solidário. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. V. 3, nº 01, p. 4-24, 2009.

SANTOS, Milton O retorno do território. In: OSAL: **Observatório Social América Latina**. Año 6 no. 16 Buenos Aires: CLACSO, 2005

SANTOS, Lauri Eduardo dos. Quando eu pego na viola, primeiro pego no braço : uma etnografia da relação entre técnica, pessoa e musicalidade a partir dos tocadores de fandango da Ilha dos Valadares, Paranaguá. **Dissertação de mestrado. UFPR**. Curitiba-PR, 2019

SAQUET, Marcos Aurélio Abordagens E Concepções De Território E Territorialidade. **Revista Geográfica de América Central**. 2011

SHEUER, Luciane. Sazonalidade Do Turismo No Município De Guaratuba – PR. **Dissertação de mestrado. UFPR**. Curitiba-PR, 2010

SHEUER, Luciane; BAH, Miguel SAZONALIDADE DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE GUARATUBA, PARANÁ, BRASIL. **RAEGA**. Curitiba-PR, 2011.

SOUZA, Felipe Monteiro de. Marketing Para O Turismo De Base Comunitária: O Caso Da Rede Anfítrioes Do Litoral Do Paraná. **Monografia. UFPR Setor Litoral**. Matinhos-PR, 2020

SOUZA, Maria Rezende; FILHO, Nelson A. Quadros Vieira. Impactos socioculturais do turismo em comunidades insulares: um estudo de caso no arquipélago de Fernando de Noronha-PE. **Observatório de Inovação do Turismo**, vol. VI, nº4, Rio de Janeiro-RJ, 2011

SPERB, M. P.; SERVA, M. Economia Social E Solidária, Governança E Turismo No Âmbito Do Desenvolvimento Territorial Sustentável. **Revista de Ciências da Administração**, v. 20, n. 50, p. 93-109. Florianópolis-SC, 2018.

STADLER, Cleusi T. Bobato. Uma Viagem Geo-Histórica Pelo Rio Guaraguaçu – Saberes E Práticas Em Uma Comunidade Caiçara No Litoral Do Paraná. P.51-75. *in* Litoral do Paraná: território e perspectivas - saberes locais, crise socioambiental e turismo, 1.ed. - **Brazil Publishing**. Curitiba-PR, 2020.

TELLEZ, Daniel Hauer Queiroz; GÂNDARA, José Manoel Gonçalves. Impactos socioculturais no processo de turistificação da Vila de Encantadas, Ilha do Mel, Paraná, Brasil. **Turismo & Sociedade**. V. 5, n.1, p. 183-208. Curitiba, 2012

TIEPOLO, Liliane. Marília A inquietude da mata atlântica: reflexões sobre a política do abandono em uma terra cobiçada. **Guaju**, v. 1, n. 2. Matinhos-PR, 2015

TIEPOLO, Liliane Marília; DENARDIN, Valdir Frigo Desenvolvimento Territorial Sustentável: Uma nova experiência na Mata Atlântica. P. 31-32 *IN*; ALVES, A. R. **Desenvolvimento territorial: Olhares contemporâneos**. Londrina: Ed. Mecenaz, 2019

TURNES, Valério. CAZELLA, Ademir Antônio; PECQUEUR, Bernard. Monitoramento De Uma Cesta De Bens E Serviços Territoriais: A Construção De Um Painel De Indicadores. Dossiê: Desenvolvimento rural e a Cesta de Bens e Serviços Territoriais. **Revista Raízes**, v. 42, n. 1. Campina Grande-PB, 2022.

TYGEL, Daniel. Desafio local-global da economia solidária. P. 39-50. *IN*: SORRENTINO, M. *et al.* (Org.). Educação, agroecologia e bem viver: transição ambientalista para sociedades sustentáveis. Piracicaba-SP: **MH-Ambiente Natural**, 2017.

VIEIRA, Paulo Freire. Do codesenvolvimento ao desenvolvimento territorial sustentável. **Dossiê. Política e Sociedade**, nº 14. Florianópolis-SC, 2009.

ZAQUAL, Hassan. Globalização e Diversidade Cultural. **Cortez**. São Paulo – SP, 2003

ZAOUAL, Hassan. Novas Economias das iniciativas Locais – Uma introdução ao Pensamento Pós-Global. Sindicato Nacional dos Editores de Livro. Rio de Janeiro-RJ 2006

ZAOUAL, Hassan. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? **Caderno Virtual de Turismo**, Vol. 8, N° 2. Rio de Janeiro-RJ, 2008.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos 2.ed. -Porto Alegre - RS **Bookman**, 2001.

APÊNDICE 1 – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS EM CAMPO

I – Relação com o território

1. Nasceu neste município?
2. Nasceu no litoral do Paraná?
3. Há quantos anos você mora em sua comunidade?
4. Você participa de algum tipo de grupo ou associação dentro de sua comunidade? Se sim, qual?

II – Roteiros, serviços e produtos oferecidos

5. Qual ou quais são os roteiros e serviços oferecidos por você?
6. Qual ou quais são os produtos oferecidos por você?
7. Qual ou quais os serviços oferecidos por você?
8. As refeições oferecidas são feitas com alimentos produzidos na comunidade, ou no litoral do Paraná?
9. Quais são os roteiros e que você oferece os quais geram mais procura pelos visitantes.
10. Quais são os serviços que você oferece os quais geram mais procura pelos visitantes
11. Quais são os produtos que você oferece os quais geram mais procura pelos visitantes
12. Ao visitar sua comunidade, os turistas se interessam por bens e serviços oferecidos por outros anfitriões ou moradores da região?

13. Você oferece algum bem ou serviço o qual v
14. Você acredita que se diferencia das demais comunidades do litoral?
15. Os seus roteiros tem relação com as características naturais encontradas na sua comunidade como oceano, morros rios, baías e cachoeira?
16. Os seus roteiros tem relação com as características culturais da sua comunidade?
17. Se sim, quais os bens e serviços mais adquiridos pelos turistas que visitam sua comunidade?
18. Existem outros moradores na sua comunidade que trabalham com o turismo?
19. Se sim, você tem algum tipo de relação ou parceria comercial?

III – Relação com o TBC

20. Você trabalha com o TBC há quantos anos?
21. No seu entendimento, é vantajoso estar na Rede Anfitriões?
22. Você tem contato com os demais anfitriões da rede?
23. Como é sua relação com os demais anfitriões da Rede?

VI – Sazonalidade

24. Durante o período de alta temporada de verão, os seus rendimentos com o TBC aumentam ou diminuem?
25. Durante o período de alta temporada você realiza outras atividades remuneradas? Se sim, quais?

26. Fora da alta temporada os seus rendimentos com TBC aumentam ou diminuem?
27. No período de baixa temporada, na sua opinião, o TBC representa uma alternativa para geração de renda?
28. Você oferece algum roteiro sazonal (temporariamente)?
29. No seu entendimento, é preferível trabalhar com TBC em períodos de alta temporada, ou baixa?